A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CEARÁ:

EMPRESÁRIOS E ENTIDADES

Banca Examinadora:

Prof. Orientador: Roberto Venosa .....

Prof.: Fernando C. Prestes Motta .....

Prof.: Ruben César Keinert .....

1198602274

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

DA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

DORIAN SAMPAIO FILHO

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CEARÁ:

EMPRESÁRIOS E ENTIDADES

Dissertação apresentada ao Curso de Pó
Graduação da EAESP/FGV — Área de Co
centração: Teoria e Comportamento Organiz
cionais, como requisito para obtenção de T
tulo de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Roberto Venosa

Fundação Getulio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca

2274/86

1198602274

São Paulo
1985

SAMPAIO Fº, Dorian. A Industrialização do Ceará: Empresários e Entidades. São Paulo, EAESP/FGV, 1985. 99 p. (Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Teoria e Comportamento Organizacionais).

Resumo: Descreve o processo de formação da indústria cearense, enfocando as origens dos agentes responsáveis pelo surgimento dessa atividade no Ceará. Aborda o papel da SUDENE no desenvolvimento industrial do Nordeste e do Ceará e destaca, sob uma perspectiva histórica, as divergências comportamentais dos principais grupos que compõem a burguesia industrial cearense.

Palavras-Chaves: Indústria — Ceará — Burguesia Industrial — Entidade de Classe — Empresário — Empresa — Programa de Governo.

À Emy, minha mulher

e Luíza, minha filha

AGRADECIMENTOS

Sou grato aos professores Fernando Cláudio Prestes Motta e Ruben César Keinert, meus examinadores, e, em especial, ao professor Roberto Venosa, que me orientou no desenvolvimento deste trabalho.

Gostaria de expressar, também, meus agradecimentos aos técnicos do escritório da Sudene em São Paulo, em particular à Dra. Henny Costa, pela importante colaboração que me prestaram na fase de levantamento das informações.

A José Flávio Costa Lima, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Sérgio Machado e Beni Veras, dirigentes do Centro Industrial do Ceará, minha gratidão pela força com que me incentivaram para levar o trabalho adiante.

Ao pessoal da Stylus Comunicações: Dorian Sampaio, Darcy Costa, José Mário de Lima Chaves, José de Sousa Cavalcante e tantos outros, que dedicaram parte de seu tempo ao meu propósito, o meu muito obrigado.

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE
AS ORIGENS DA INDÚSTRIA CEARENSE

CAPÍTULO I — Introdução 2

CAPÍTULO II — Os Primórdios da Indústria no Ceará 10

A. Antecedentes 10
B. O Pioneirismo da Família Pompeu 14
C. Outros Empreendimentos Pioneiros 17

CAPÍTULO III — A Política Industrial da Sudene 24

A. A Sudene e o Desenvolvimento Regional 24
B. A Atuação da Sudene no Ceará 34

CAPÍTULO IV — A Burguesia Industrial Cearense 44

A. Grupo J. Macêdo 45
B. Grupo Edson Queiroz 51
C. Grupo Jereissati 56
D. Grupo M. Dias Branco 59

SEGUNDA PARTE
ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CLASSE INDUSTRIAL CEARENSE

CAPÍTULO V — Considerações Gerais 64

A. 1880 A 1930 64
B. 1930 A 1937 68
C. 1937 A 1945 72

CAPÍTULO VI — As Associações 78

A. Centro Industrial do Ceará — CIC 78

B. Federação das Indústrias do Estado do Ceará — FIEC 82
C. Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará — FACIC e União das Classes Produtoras do Ceará 88

CAPÍTULO VII — Considerações Finais 91

BIBLIOGRAFIA 96

PRIMEIRA PARTE

AS ORIGENS DA INDÚSTRIA CEARENSE

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos a discussão referente às origens e desenvolvimento da atividade industrial no Ceará, achamos conveniente traçar o perfil do processo de formação da sociedade cearense.

Nesse sentido, ainda que de forma superficial, tentaremos mostrar como se deu a exploração e colonização do território cearense, assim como, tentaremos apontar as características da sociedade local, a partir da descrição de seus grupos ou agentes dominantes.

Em 1603, portanto um século após o descobrimento, chegou ao Ceará a primeira expedição organizada com o intuito de explorar seu território. Comandada por Pero Coelho de Sousa, um rico e nobre açoriano residente na Paraíba, a expedição fracassou em seu intento devido, principalmente, à fúria dos índios locais. Sonhando com a fortuna, o ambicioso Pero Coelho retornou ao Ceará, em 1606, com toda sua família, pensando, talvez, em se estabelecer no forte que construíra na foz do rio Ceará, durante sua primeira visita. Desta vez, embora tenha evitado o confronto direto com os índios, o teimoso explorador foi ao encontro de um inimigo mais terrível: corria violenta a primeira seca da história cearense. Pero Coelho foi obrigado a retirar-se, pondo fim a sua aventura . . . (1)

Outros tentaram em vão penetrar no território do Ceará. Vale a pena ressaltar a atuação dos jesuítas Luiz Figueira e Francisco Pinto que, sob o pretexto de catequizar nossos indígenas, ambicionavam encontrar no Ceará as tão propagadas minas de prata da Serra Grande. O resultado da aventura desses dois padres foi dramático: Francisco Pinto teve sua cabeça rebentada a jucá pelos Tocarijus e o outro escapou para o Rio Grande do Norte.

Prometendo não mais voltar, Luiz Figueira descreveu a região como sendo o local onde se concentravam todas as pragas do Brasil: "inumeráveis cobras e aranhas de cuja mordedura morrem os homens; carrapatos, mosquitos e moscas que magoam estranhamente e ferem como lancetas, fazendo saltar o sangue fora, e assim pareciam os índios leprosos das mordeduras . . ." (2)

Por volta de 1613, chegou ao Ceará Martim Soares Moreno. Ao contrário de seus antecedentes, Soares Moreno era um indivíduo sem piedade e sem preconceitos, que para ganhar a confiança dos nativos se submeteu aos mesmos, andando despido, raspando a barba, usando arco e flecha, falando-lhes a língua correntemente e até reproduzindo com nossas índias, um sem número de mestiços.

Seguindo essa tática, o bravo conquistador conseguiu provar a possibilidade de estabelecer nas costas cearenses feitorias permanentes — inaugurou a fortificação de Nossa Senhora da Assunção, que se transformaria na atual cidade de Fortaleza.

A atuação de Martim Soares Moreno representou a consolidação efetiva do contato entre nativos e portugueses no Ceará, até então considerado inaproveitável e estéril. Por isso, o povo cearense o reconhece como o "fundador do Ceará".

Somente em 1681, é que Manuel de Abreu Soares, Teodósio Gracismão e outros rio-grandenses, seguindo o curso do rio Jaguaribe, iniciaram definitivamente o povoamento do interior. (3)

A conquista do interior nordestino, e principalmente do Ceará, deve-se exclusivamente à atividade pastoril.

Mesmo sujeito a secas devastadoras e a invernos quase sempre violentos, o território cearense oferecia condições favoráveis à pecuária.

Precisar uma data inicial dessa atividade no Ceará, é difícil. No entanto, podemos afirmar que as boiadas vindas da Bahia, Paraíba e Piauí, encontravam no território cearense condições excelentes para se expandirem.

Além de condições naturais favoráveis, como a composição química do solo e abundância de pastos, não podemos desprezar um aspecto igualmente decisivo para a proliferação do gado no Nordeste: o desejo do homem em obter vastas propriedades territoriais, mediante as "datas de sesmarias". (4)

Segundo as referidas datas, o sesmeiro perderia suas terras se não as ocupasse dentro de um prazo préestabelecido — comumente três anos. O gado, sendo "a riqueza que anda pelos próprios pés", serviu, antes de tudo, como elemento facilitador dessa ocupação de espaço, papel que dificilmente melhor desempenharia a atividade agrícola.

Outro fator de destaque, se relaciona com a mão-de-obra. Acostumados com uma vida livre e nômade, nossos índios, os tapuias principalmente, rejeitavam a atividade agrícola, incompatível com seu caráter, sendo aproveitados quase que exclusivamente na pecuária. Assim, a mão-de-obra da atividade pastoril, fundamentalmente indígena, era mais fácil e barata se comparada aos negros africanos, que formavam a base dos engenhos do Recife. Dessa forma, o gado surgiu como a solução exclusiva que, sem maiores gastos, instalava o homem na terra.

As dificuldades de penetração via litoral, a partir da violência dos "verdes mares bravios" e da quase inexistência de enseadas que favorecessem um fácil aportamento de navios, além dos perigosos índios, concorreram para que a colonização do Ceará se voltasse efetivamente para o sertão, onde poucas cabeças de gado eram suficientes para a formação de um curral.

Do final do século XVII e prolongando-se por todo o século XVIII, a vida da colônia girou em torno da atividade de pastoreio, a única adequada e, sem dúvida, possível de se desenvolver.

Margeando os rios, multiplicaram-se os currais, embriões naturais das grandes fazendas. Daí partiam caravanas organizadas que, tocando o boi para o litoral, supriam as necessidades dos senhores de engenho do Recife.

As viagens por estas estradas de bois eram longas e difíceis. Além da hostilidade dos índios, muitas cabeças morriam de cansaço pelo caminho.

Contra os índios, os homens se reuniam em grupos numerosos para a realização das jornadas, e convencionavam locais certos e épocas determinadas para encontros. Geralmente, esses pontos de encontro se localizavam nos cruzamentos das grandes estradas. Para diminuir a perda pelo cansaço, num golpe de oportunismo, alguns moradores se estabeleceram à beira da estrada e por baixo preço compravam o boi depreciado, que mais tarde cediam em boas condições. Outra maneira encontrada para evitar a morte do gado, vencido pela fadiga, foi a preparação da carne através do processo de salga e secagem. O boi, ao invés de ser negociado em pé, era reduzido a verdadeiras mantas de carne salgada, capazes de resistir sem deterioração a todo o trajeto. Tal processo de conservação da carne, que se constituiu na mais importante atividade econômica do Estado, no decorrer do século XVIII, será melhor detalhado no capítulo seguinte.

Esses pontos de encontro, onde demoravam os viajantes e para os quais convergiram alguns índios mansos da região, transformaram-se rapidamente em vilarejos, hoje importantes cidades do Estado.

O comércio intensificou-se nesses núcleos, mascates traficavam suas mercadorias, os moradores plantavam e criavam o que comiam e negociavam as sobras, surgiu um forte comércio sexual. Assim nos relata o cronista cearense: "Quem quer fundar uma cidade, instala à beira da estrada, num lugar de águas fáceis e próximas, uma bodega onde haja aguardente, uma casa de raparigas e, se possível, uma capela. É o quanto basta". (5)

Assim, entre os diversos municípios cearenses, podemos destacar Icó e Sobral, como cidades do interior do Estado, que surgiram a partir de pontos de concentração de boiadeiros ou de fazendas de criar.

A primeira, está localizada no entroncamento das duas principais estradas de gado — a "estrada geral do Jaguaribe" e a "estrada dos Inhamuns" —, e prosperou em função da atividade comercial estabelecida com os viajantes.

Sobral, o terceiro maior município do Estado, cresceu em torno da "Fazenda Caiçara", de propriedade do Capitão Antônio Rodrigues Magalhães. (6)

Conjugado a esse processo de formação das cidades e, igualmente determinado pela dinamização do fluxo de bois, surgiu no interior cearense a aristocracia territorial.

Basicamente, a fazenda se constituía da casa grande, de vastos alpendres hospitaleiros e paredes de pedra para garantir o fazendeiro contra os ataques dos "estrangeiros". Ao lado da casa grande, erguia-se a casa de farinha, onde se fabricava a base da alimentação dos moradores, pequenos teares eram instalados para o fabrico de redes ou panos grosseiros. Havia ainda o açude e engenhocas para preparar o mel de engenho, a rapadura e a cachaça. Raramente se construía uma capela.

Encostado aos fundos da casa grande, estendia-se o curral, onde ficavam as vacas leiteiras e alguns animais destinados ao consumo mais imediato. O leite ordenhado a cada madrugada era transportado para o interior da casa, através de canaletas construídas em dormentes escavados.

Na época de chuvas, cultivava-se feijão, milho, abóbora e mandioca; no estio, procurava-se as vazantes dos rios, onde se plantavam melancias, melões e feijão ligeiro. A lavoura servia apenas para garantir, suplementarmente, o sustento dos moradores, posto que toda a vida da fazenda girava em torno de sua própria finalidade: o boi (7). Este, razão de ser do senhor fazendeiro, passava a maior parte do tempo solto nos campos de pastagem, principalmente nos anos de seca, quando era obrigado a procurar por si só o alimento para sobreviver.

O ferro ou marca garantia a propriedade do boi. Essa delimitação incerta das terras, resultante da mobilidade dos rebanhos, provocou a eclosão, no sertão cearense, de inúmeras brigas, verdadeiras guerras, envolvendo diferentes famílias. A mais expressiva delas, pela importância das famílias envolvidas e pelo período de duração, travou-se na região de Icó, entre os "Montes", de Geraldo do Monte, e os "Feitosas", de Lourenço Alves Feitosa. (8)

As fazendas cresciam e se multiplicavam, em 1780 já eram 972 em todo o Estado. O trabalho, no entanto, era rotineiro e não sofria maiores alterações.

Adquirida a terra, o primeiro trabalho era acostumar o gado ao novo pasto, tarefa que exigia uma certa dose de paciência e envolvia um grande número de pessoas. Depois tudo ficava a cargo de um vaqueiro. Cabia-lhe amansar e ferrar os bezerros, curá-los de bicheiras, extinguir os animais predadores, abrir cacimbas e bebedouros, queimar alternadamente os campos nas estações apropriadas.

Passados quatro ou cinco anos na fazenda, o vaqueiro conquistava o direito de receber algo mais que moradia, alimentação e vestimenta para sua família. De cada quatro bezerros que nascessem, um lhe pertencia. Podia, em pouco tempo, fundar sua fazenda (9). No entanto, o poder do dono da fazenda era tão forte que dificilmente o vaqueiro abandonava-o para viver por conta própria. Ao contrário, continuava cuidando do gado, sem fazer distinção entre suas cabeças e as do patrão. Dessa forma, vaqueiros e demais agregados integravam-se à vida da fazenda como se nesse pequeno mundo vivessem apenas membros de uma imensa família.

As fazendas eram verdadeiras autarquias. Os que nela viviam produziam quase tudo que necessitavam para seu sustento. É importante ressaltar, que essa unidade econômica era conseqüência de uma unidade moral, determinada pelo patriarcalismo do chefe fazendeiro, que comandava seus domínios rurais com a força de um rei.

As leis das fazendas não eram escritas, sua justiça interna estava acima de qualquer outra existente fora de seus limites. Elas eram organizadas como um Estado dentro do Estado.

Na fazenda, todos se uniam ao patriarca através de um parentesco vário. Por um lado, existia a família legítima do chefe, geralmente numerosa; por outro, em número ainda maior, encontravam-se os "parentes ilegítimos". Ainda havia o parentesco canônico ou convencional: o afilhadismo dos batismos e dos crismas ou das fogueiras de São João, Santo Antônio e São Pedro. Esse último era, na maioria das vezes, estabelecido entre os moradores ou agregados, mas eram igualmente reconhecidos e comumente passavam de pai para filho. (10)

Os casamentos eram realizados no círculo fechado da família, tios com sobrinhas, primos com primas. Às mulheres destinavam-se afazeres domésticos e a mais absoluta submissão em relação aos seus maridos: normalmente não tinham o direito de escolher seus parceiros, e, depois de casadas, chegavam até a pedir-lhes a bênção. De certa forma, esse comportamento imposto ao sexo feminino assegurou ao fazendeiro uma linhagem mais ou menos pura, se comparada à mestiçagem generalizada que existia entre os agregados da fazenda e nos pontos de encontro dos boiadeiros. (11)

O índio e o branco são os principais formadores da etnia cearense: rara é a presença do elemento negro. Este, quando escravo em algumas fazendas, não se caracterizava como um fator econômico, mas, muito antes, como um fator que traduzia prestígio e vaidade pessoal dos fazendeiros. Os que o detinham, buscavam, normalmente, imitar as pompas dos senhores de engenho de Olinda e Recife. Daí, podemos deduzir a razão de tão facilmente o Ceará ter abolido todos os seus escravos, quatro anos antes da declaração da Lei Áurea.

Nos casamentos fora da família, quando ocorriam, não era exigida a pureza do sangue, o pretendente podia muito bem ter avós ou bisavós caboclos, contudo, se tivesse pretos na ascendência jamais se casaria com filha de fazendeiro. (12)

A posse territorial, mais que a cor da pele, credenciava o indivíduo a realizar essa pretensão. Dessa maneira, o velho sesmeiro preservava a posse da terra, através das gerações, numa operação sempre voltada para a acumulação.

Portanto, a fazenda, em seu aspecto sociológico, representa o cerne da formação anti-universal e particularista da sociedade cearense.

Desse processo de formação social, podemos deduzir uma relação de subordinação dos núcleos urbanos aos estabelecimentos rurais. A cidade, que na sua origem, já dependia economicamente da fazenda, passou a depender, socialmente, dos proprietários da terra.

Cada microrregião do sertão cearense se identificava com a família detentora das extensões rurais circunvizinhas. No entanto, foi com os primeiros rumores da política, que o poder dos velhos sesmeiros se consolidou e atingiu as cidades próximas da fazenda.

Esse fenômeno de subordinação urbana aos senhores fazendeiros explica e determina o surgimento do "coronelismo" no sertão, fato a que todos se submeteram e a que ninguém pôde escapar. (13)

Os coronéis eram os únicos qualificados e classificados pelos moradores da região, como portadores da moralidade e inteligência. Exerciam seu poder à distância, pois passavam a maior parte do tempo em seus domínios rurais, auto-suficientes, e só de vez em quando iam à cidade.

Ao contrário do que poderíamos esperar, essa vida social por demais limitada e o conseqüente afastamento do povo, conferia aos coronéis respeito, prestígio e admiração crescentes.

A fazenda era vista como o local que guardava e protegia a "família

real", e de onde se irradiava uma série de normas e leis, que embora não possuíssem nenhum caráter formal, eram seguidas e obedecidas com rigor muitas vezes maior que o dispensado às leis oficiais do Estado.

A cidade, por seu turno, se caracterizava como sendo o ambiente da luxúria, onde se concentravam as prostitutas e os marginais, geralmente, foragidos da polícia ou de familiares de suas vítimas.

De certa forma, por todo o século XVIII e grande parte do século XIX, prevaleceu no Ceará a força dos coronéis.

Durante esse período, o coronelismo municipalista atingiu seu apogeu e iniciou sua fase de decadência. Dois fatores concorreram diretamente para o declínio da hegemonia dos coronéis. Sob o aspecto econômico, a grande seca do final do século XVIII dizimou o rebanho cearense e aniquilou a indústria e o comércio da carne seca, pondo fim à chamada "civilização do couro". E, politicamente, com o advento da República, surgiram os governos oligárquicos que, de certa maneira, modificaram a relação de forças no quadro social do Ceará.

A oligarquia, enquanto governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família, serviu no Ceará para reunir as forças locais do coronelismo municipal. Lançando raízes profundas no solo do sertão, a oligarquia evitou o crescimento exagerado de Fortaleza em relação ao resto do Estado. Funcionando na capital, desde então centro administrativo, judiciário e social do Estado, inibiu a força exclusivista do coronel.

O primeiro e mais importante representante eleito pela oligarquia do Ceará, foi o Comendador Antônio Nogueira Acioli. De lá para cá, inúmeras foram as modificações ocorridas no perfil político-social do Estado. Porém, a bem da verdade, não podemos deixar de registrar que ainda hoje carregamos traços de uma sociedade puramente oligárquica, onde, principalmente, o poder político, através de acordos esdrúxulos, continua sendo dividido em cotas entre facções, famílias, coronéis . . .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) FERNANDES, Yaco. Notícia do Povo Cearense. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1977. p. 44.

(2) FERNANDES, Y. N. P. C. p. 43.

(3) GIRÃO, Raimundo. História Econômica do Ceará. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1947. p. 83.

(4) NOBRE, Geraldo da Silva. As Oficinas de Carnes do Ceará. Fortaleza, Editorial Cearense, 1977. p. 25.

(5) FERNANDES, Y. N. P. C. p. 59.

(6) SAMPAIO, Dorian. Municípios do Ceará. Fortaleza, Stylus, 1982. p. 06-306.

(7) GIRÃO, R. H. E. C. p. 142

(8) FERNANDES, Y. N. P. C. p. 101-103.

(9) GIRÃO, R. H. E. C. p. 140-141.

(10) FERNANDES, Y. N. P. C. p. 61.

(11) FERNANDES, Y. N. P. C. p. 75.

(12) FERNANDES, Y. N. P. C. p. 75.

(13) FERNANDES, Y. N. P. C. p. 60.

CAPÍTULO II

OS PRIMÓRDIOS DA INDÚSTRIA NO CEARÁ

A. ANTECEDENTES

No primeiro século de nossa história, o território cearense permaneceu impenetrável à ação do elemento português. Por todo esse período, viveram no Ceará, como senhores absolutos, agrupamentos aborígenes que apresentavam características sócio-econômicas mais ou menos semelhantes aos demais grupos do Brasil.

Essas tribos indígenas, principalmente os potiguares, tabajaras e tremembés do litoral e os cariris e tarairiús do interior, apresentavam uma intensa atividade econômica: cultivavam a mandioca e o milho e eram hábeis na fabricação de machados, redes e cerâmicas. (1)

Visitados esporadicamente por corsários europeus, principalmente holandeses e franceses, os nativos cearenses estabeleceram com estes um forte comércio baseado na troca direta, objeto por objeto. Madeira de lei, papagaios, micos, sagüis e principalmente o tatagiba, pau de tinta amarela, além do precioso âmbar-gris, que abundava no nosso litoral, eram trocados por miçangas trazidas pelos piratas.

Embora a riqueza artesanal desses grupos indígenas, por razões óbvias, não conste na contabilidade dos governos coloniais, não podemos desprezá-la enquanto fator determinante do processo de intercâmbio cultural no início da colonização. As redes do Ceará, que se tornaram famosas em todo o País e até no exterior, podem ser consideradas como símbolo da contribuição cultural indígena, que tão bem integrou-se à vida do sertanejo cearense.

No século seguinte, o perfil econômico do Estado não sofreria transformações substanciais. O século XVII e o início do século XVIII foram marcados pela mais absoluta pobreza. Nesse período, a capitania em nada contribuiu para os cofres da Coroa.

Entretanto, devido à presença dos franceses no Maranhão, Portugal obrigava-se a financiar expedições exploradoras no território cearense, para conter os ânimos dos invasores. Assim, a colonização do Ceará, num primeiro instante, teve também um caráter estratégico-militar.

As primeiras notícias da riqueza de nossos recursos naturais datam das visitas de Martim Soares Moreno. Referia-se o capitão-mor em sua Relação do Ceará:

"Nessas terras tem muito sal das salinas que a natureza cria, muitas ostras, mariscos, tem muita caça, veados são tantos que qualquer soldado os mata facilmente, também há muita quantidade de porcos e antas, muito pau de tinta amarela a que chamam tatagiba com outra madeira preta de muito valor, tem muito algodão e a mais de quarenta léguas em redor existem muitas frutas, caju e manga, as melhores do Brasil". (2)

O primeiro surto de desenvolvimento econômico do Ceará coincide com a chegada das boiadas ao sertão nordestino.

Sem sombra de dúvidas, a atividade do pastoreio constituiu-se no fator principal de crescimento, ao longo do século XVIII, e foi decisivo para a emancipação política da Capitania, que até 17 de janeiro de 1799 era subordinada a Pernambuco.

As transações comerciais desse período, caracterizaram-se pela forma primitiva do escambo. À falta da circulação de moeda, adotava-se "unidades de valor", representadas por algumas mercadorias de primeira necessidade e preço menos variável. O algodão foi adotado como a "planta moeda" e circulava na forma de novelos de fio ou rolos de pano.

Essa prática, embora sujeita a inúmeras falsificações, como a mistura de trapos aos novelos ou o fabrico de panos mais ralos, vigorou no Ceará até por volta de 1814, quando ainda se tem notícia, através de relato do governador Luiz Barba Alardo de Menezes, do uso dos "nimbós" — como eram conhecidos os novelos de fio de algodão —, servindo de dinheiro. (3)

Portanto, em trezentos anos de história econômica, podemos apontar no Ceará a ocorrência de dois ciclos: o do gado ou do couro e o do algodão, cuja cultura intensificou-se a partir dos últimos anos do século XVIII.

Além de representar importante papel no processo de formação social, a pecuária está igualmente ligada à primeira atividade econômica de projeção do Estado: a preparação e comercialização da "carne do Ceará".

O rebanho cearense destinava-se ao consumo dos senhores de engenho do Recife. As longas viagens, do alto sertão ao litoral, e o difícil embarque das boiadas no "Porto das Barcas", na foz do Jaguaribe, levaram os boiadeiros a desenvolver um processo de preparação da carne em substituição à venda do boi vivo. Tal processo consistia, primeiramente, na retalhação do boi em duas mantas formadas pelas carnes que cobrem o pescoço, as costelas e os flancos e seis postas, duas para cada traseiro e uma para cada dianteiro. Em seguida, toda carne era salgada e exposta ao sol. Depois de seca, era recolhida ao armazém de onde era despachada aos porões dos navios.

O couro, depois de esticado em armações de varetas e seco ao sol, era trabalhado pelos artesãos. O sebo lavado e ressecado, e os ossos, transformados em cinzas, também eram aproveitados. As outras partes do boi não tinham nenhum valor econômico.

As fábricas de carne, também designadas oficinas ou charqueadas, segundo descrição da época, eram galpões montados em estacas e cobertos de palha.

O sucesso da "carne seca", em pouco tempo, levou o Ceará a exportar o produto para a Bahia e Rio de Janeiro. O antigo "Porto das Barcas" transformou-se na próspera cidade do Aracati, considerada o maior centro comercial exportador da Capitania no século XVIII. No entanto, a instabilidade climática, em que secas periódicas alternavam-se com invernos igualmente devastadores, foi dizimando o rebanho e dificultando cada vez mais o fluxo das boiadas.

Percebendo o declínio da indústria da carne, o cearense José Pinto Martins, na seca de 1777-1778, retirou-se para o Rio Grande do Sul e, às margens do arroio Pelotas, montou uma pequena charqueada. Hoje, José Pinto Martins é considerado um dos fundadores da cidade de Pelotas e responsável pela introdução do charque no Rio Grande do Sul.

A grande seca de 1790-1792, terrível em sua ação destruidora, acabou de uma vez por todas com a indústria da carne no Ceará.

Como conseqüência do ciclo do gado, surgiu a "civilização do couro", assim designada pelo historiador Capistrano de Abreu, devido à larga utilização dessa matéria-prima no artesanato local durante o século XVIII.

Conta a crônica da época, que para tudo era utilizado o couro: "de couro eram as portas das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e os surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtumes ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com o seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz". (4)

O ciclo do algodão, visto sob o prisma industrial, é mais importante que o ciclo da pecuária. O algodão, dadas às condições favoráveis à sua cultura, proliferou no sertão cearense.

De início, a produção algodoeira destinou-se ao mercado do Recife e ao fabrico caseiro de fios, redes de dormir e panos grossos, tendo em vista que a legis-

lação colonial proibia o funcionamento de indústrias de tecidos mais finos no Brasil.

Entretanto, somente por volta de 1777, é que o algodão deixou de ser considerado apenas matéria-prima que alimentava os teares domésticos espalhados pelas fazendas, e se transformou no importante produto de exportação da Capitania.

No início do século XIX, as exportações do produto experimentaram um grande crescimento, já em 1805 as quotas de algodão, embarcadas no porto do Recife, ultrapassaram as do açúcar, produto símbolo das exportações nordestinas.

A guerra da independência (1812-1814), primeiro e, mais tarde, a da Secessão (1860-1865), ocorridas nos Estados Unidos, desequilibraram o mercado internacional do algodão. Os Estados Unidos, maior fornecedor da indústria têxtil européia, obrigados a interromper suas remessas, levaram a Europa a procurar o mercado brasileiro. Assim, o grande beneficiado foi o Nordeste brasileiro, em particular o Ceará e o Maranhão, que disputavam a supremacia nacional na produção do algodão.

Com o fim da Guerra da Secessão, os Estados Unidos retomaram as rédeas do mercado internacional. Com isso, o Nordeste perdeu sua posição de grande exportador e sua produção passou a estimular o surgimento de novas indústrias têxteis na região. Dessa forma, o Nordeste despontou como o grande centro têxtil nacional.

Contudo, alguns fatores concorreram para perda dessa posição privilegiada, transferindo para o Centro-Sul a liderança do setor. Dentre esses fatores, podemos citar:

1. A geada de 1818, que prejudicou os cafezais, forçando a região Centro-Sul a diversificar a sua produção agrícola, lançando-se, principalmente, na produção do algodão;

2. O processo de substituição de importações, implantado no Brasil a partir de 1930, que estimulou a transferência de capital do café para a atividade industrial. O ramo têxtil foi o que melhor se adequou ao processo, devido à existência de um razoável parque industrial, abundância de matéria-prima e, principalmente, devido à tecnologia nele empregada ser menos complexa e de menor intensidade de capital, se comparada com outros ramos;

3. O obsoletismo dos equipamentos das empresas nordestinas em relação às do Centro-Sul, que gozavam de maiores facilidades para investir (5); e

4. O melhoramento das vias de transportes interestaduais, que facilitou

a circulação nacional de mercadorias, reforçou o poder de competição dos produtos fabricados no Centro-Sul em relação à produção das outras regiões. Nesse mesmo sentido, contribuiu a quebra das "barreiras alfandegárias" entre os Estados. (6)

Não obstante os fatores mencionados, o Ceará ainda ocupa uma posição de vanguarda na produção regional de algodão e o terceiro lugar na produção nacional. As vantagens comparativas que o Estado desfruta no setor têxtil, não somente, em face da farta disponibilidade de matéria-prima, mas também, pela existência de mão-de-obra apropriada, levaram o Governo Federal a implementar, dentro da concepção geral do III Pólo Industrial do Nordeste, o programa básico de desenvolvimento do pólo têxtil e de confecções, com sede no distrito industrial de Fortaleza.

B. O PIONEIRISMO DA FAMÍLIA POMPEU

O surgimento dos primeiros estabelecimentos de caráter fabril em nosso Estado ocorreu com a chegada dos governadores nomeados por Portugal para administrar a Província do Ceará, a partir da separação de Pernambuco em 1799.

O mais importante desses estabelecimentos foi a fábrica de louça vidrada da Aldeota, que foi montada por Luiz Barba Alardo de Menezes, governador da Província no período de 1808 a 1812. Esse empreendimento, embora tenha sido desativado logo após a sua instalação, representa o marco inicial da história da indústria cearense.

Contudo, somente a partir da segunda metade do século XIX é que temos maiores informações sobre a intensificação da atividade industrial no Ceará. Nesse sentido, a família Pompeu surgiu como a grande protagonista da história do setor. Particularmente, devido aos estudos estatísticos desenvolvidos pelo patriarca Thomaz Pompeu de Souza Brasil (7) e a ação empreendedora de seus herdeiros.

O primeiro trabalho do Senador Pompeu sobre a indústria local foi publicado em 1863. Mesmo sabendo das falhas contidas nesse estudo, devido principalmente à falta de condições favoráveis que permitissem um levantamento estatístico que melhor espelhasse a realidade, devemos considerá-lo como o mais importante indicador da situação da atividade manufatureira na época.

Thomaz Pompeu referia-se à indústria local como sendo, em grande parte, derivada da pecuária, cuja matéria-prima trabalhava produzindo couros salgados para exportação, solas, queijos e calçados. Acrescentou ainda, que o índice de industrialização do Ceará, por volta de 1860, era, certamente, dos mais expressivos, no império do Brasil, não se encontrando, talvez, outro exemplo de tão apreciável valorização da pecuária.

No ensaio, Thomaz Pompeu também analisou a infra-estrutura industrial existente. Sobre o assunto escreveu: "A pequena indústria fabril da província é quase toda manual; apenas auxiliada por algum instrumento muito comum e grosseiro". Relatou ainda: "Os tecidos grosseiros e redes de dormir fazem-se em teares movidos a braços das tecedeiras. As obras de agulha, costuras e labirintos são todas a mão. Apenas nesta capital (Fortaleza) se tem introduzido uma ou outra máquina de costura". (8)

Outro aspecto abordado pelo Senador, referia-se à mão-de-obra empregada na indústria. Segundo seus dados, cerca de dez mil homens, sendo a vigésima parte escravos, e quarenta mil mulheres trabalhavam na atividade industrial, sendo a população da província, por volta de 1860, de quinhentos mil habitantes aproximadamente.

Quanto à produção industrial, a análise forneceu os seguintes dados:

Indústria extrativa	1.902:74$000
Indústria agrícola	6.766:000$000
Indústria criadora ou pastorial	3.344:000$000
Indústria fabril	3.770:750$000

FONTE: Revista Indústria Cearense, MAR. 1975.

Como podemos concluir, o valor da produção fabril atingiu 3.770:750$000 (três mil, setecentos e setenta contos e setecentos e cinqüenta mil réis), sendo superado apenas pelo valor da produção agrícola, que atingiu 6.766:000$000 (seis mil, setecentos e sessenta e seis contos de réis).

Aos herdeiros do Senador Pompeu, Thomaz Pompeu de Souza Brasil e Antônio Pompeu de Souza Brasil (9), caberia o papel da prática empresarial propriamente dita. Foram eles os pioneiros da indústria de tecidos no norte do País.

Para promover a indústria têxtil, os irmãos Pompeu aliaram-se a um cunhado, o Comendador Antônio Pinto Nogueira Acioli, poderoso político que governou o Ceará como o mais importante representante da oligarquia local, nos períodos de 1896 a 1900 e de 1904 a 1912.

Em 1881, foi assentada a pedra fundamental da fábrica de fiação e tecidos cearense. Nesse mesmo ano, Antônio Pompeu foi incumbido de ir à Inglaterra para importar as primeiras máquinas de fiação e tecelagem, bem como os primeiros mestres e operários especializados para trabalhar na empresa.

A "Gazeta do Norte", de 5 de março de 1884, divulgou a seguinte nota sobre a fábrica de tecidos cearense: "Esta construção tem 252 palmos de comprimento (55 m) sobre 115 de largura (25 m), com 17 portas de frente, tendo custado 25 contos de réis, inclusive as obras de assentamento da caldeira. Compõe-se de 8 compartimentos, a saber: depósito de algodão, depósito de combustível, casa da caldeira, casa do motor a vapor, casa do batedor, escritório, armazém de fazendas e corpo central de máquinas de fiação e tecelagem.

A seção de fiação possui: um descaroçador patente Dobson & Barlowes, um batedor com alimentador John Lord, doze cardas grandes, um dita Horsfull, dois estiradores, um banco grosso, com setenta e quatro fusos, podendo fiar quinhentos quilogramas de algodão por dia, três bancos finos, com cento e quarenta e dois fusos cada um, três contínuos de anel, com trezentos fusos cada um, patente Rabette, aperfeiçoada por Harwars Bullough, para fio de urdidura, duas mulas automáticas, com seiscentos fusos cada uma, para fio de trama, uma máquina de dobrar fio com quarenta fusos Rabette.

A seção de tecelagem contém: uma dobradeira para cem carretéis, uma urdideira para quinhentos e quatro carretéis, uma engomadeira, cinqüenta teares para panos simples, uma máquina de dobrar e medir fazendas, uma caldeira de trinta palmos e força de sessenta cavalos, um motor a vapor e diversas outras pequenas máquinas, como as de fazer cordões, encher canelas, medir e pesar o fio.

O assentamento de todas as máquinas foi feito pelo mecânico John Abbot, durante o ano de 1882 e parte de 1883. Os primeiros tecidos saíram da fábrica em princípios de novembro de 1883. O capital nominal da fábrica é de cento e cinqüenta contos.

Por hora a tecelagem é limitada em virtude da carência de um mestre de fiação, que o estabelecimento tenta obter. Regula de quatrocentas e cinqüenta a seiscentas jardas diárias (411 a 548 m)".

Com o falecimento do doutor Antônio Pompeu, a direção da fábrica foi entregue a Nogueira Acioli, tendo Thomaz Pompeu se afastado temporariamente da atividade fabril.

Em 1904, ao retornar aos negócios, Thomaz Pompeu fundou sozinho a Fábrica de Tecidos Progresso, que contou inicialmente com uma pequena seção destinada à fabricação de redes.

Em 1913, contando com novos equipamentos, iniciou a fabricação de tecidos de algodão; foi a primeira fábrica a utilizar os teares automáticos "Northrop"

no Ceará, para fabricação de tecidos crus.

Em 1925, a Fábrica Progresso passou por mais uma inovação tecnológica pioneira, ao produzir os primeiros teçidos de cores no Estado.

Atualmente, sob a denominação de Pompeu Têxtil S/A, a fábrica produz cerca de dez milhões de metros quadrados de tecidos ao ano, tendo à frente os descendentes do pioneiro Thomaz Pompeu de Souza Brasil.

C. OUTROS EMPREENDIMENTOS PIONEIROS

Durante a última década do Império, o Brasil conviveu com a eclosão dos primeiros movimentos organizados pela burguesia industrial, visando à industrialização do País.

O desequilíbrio da balança de pagamentos foi a causa principal, que levou a classe burguesa emergente a pleitear, junto ao poder estatal, uma política de proteção alfandegária com o objetivo de salvaguardar a independência econômica da nação. (10)

De modo geral, o comportamento da classe industrial, de 1880 até 1930, pode ser caracterizado como uma neutralidade em relação ao regime político vigente. Para os industriais, o importante era manter a ordem e a tranqüilidade, condições necessárias ao desenvolvimento da produção. (11)

Nesse contexto, as reivindicações dos industriais no período, limitaram-se, com algumas variações, a apelos por uma política fiscal voltada para o protecionismo aduaneiro em favor da produção nacional.

No início do período, os ideais nacionalistas da burguesia orientaram-se para o aproveitamento das nossas riquezas naturais. Com isso, surgiu a ideologia das "indústrias naturais", que utilizavam matérias-primas nacionais, em detrimento das "indústrias artificiais", que utilizavam matérias-primas importadas. Num segundo momento, novos rumos foram tomados no sentido da instalação no País de indústrias básicas, particularmente a siderurgia.

Entretanto, devido ao caráter primário-exportador exclusivista da economia nordestina, o Nordeste foi alijado desses primeiros movimentos da classe industrial, que restringiram-se aos capitalistas do Centro-Sul, especificamente, os do Rio de Janeiro e de São Paulo, que detinham o capital proveniente do comércio importador e do café, respectivamente.

Dessa forma, podemos afirmar que as empresas industriais inauguradas

no Ceará, no final do século passado e começo deste, como a fábrica de tecidos dos irmãos Pompeu, por exemplo, representaram apenas o esforço isolado de um grupo de personalidades que, de alguma maneira, conheciam o Centro-Sul, e esperavam ampliar seu poder econômico-financeiro.

Se de um lado porém, o pioneirismo desses industriais não resultou no desencadeamento de um processo de industrialização local, devido, principalmente, à falta de interesse do Estado em promovê-lo, por outro lado, provocou importantes mudanças no perfil da economia cearense, como demonstra a análise que se segue:

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE INDÚSTRIA E PROFISSÕES (1892 – 1894)

1982	–	90.429$030
1893	–	480.834$343
1894	–	405.539$667

FONTE: Revista Indústria Cearense, SET. 1974.

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO (1892 – 1894)

1892	–	406.460$809
1893	–	965.786$292
1894	–	832.739$958

FONTE: Revista Indústria Cearense, SET. 1974.

Com base nos dados apresentados, podemos constatar, inicialmente, que o aumento do Imposto de Indústria e Profissões, verificado em 1893, a uma taxa superior a 500% em relação ao ano anterior, pode ser atribuído de forma substancial ao aparecimento de novas empresas.

Em segundo lugar, comparando-se as tabelas, verificamos que em 1892, o Imposto de Indústria e Profissões representava menos de um quarto da arrecadação do Imposto de Exportação, e que, a partir de 1893, essa relação mudou, passando o primeiro a representar a metade do segundo.

Outro aspecto curioso relaciona-se com o decréscimo da arrecadação de ambos os tributos no ano de 1894. Explica-se esse fato pelas condições naturais, a

que a economia do Estado está sujeita, oscilando conforme as chuvas, variáveis de ano para ano, em termos de quantidade, freqüência e distribuição.

O grupo responsável pela implantação das primeiras indústrias no Ceará, era formado, em sua maioria, por comerciantes de projeção na Capital ou no Interior do Estado e por alguns elementos da classe média com reconhecida penetração no meio sócio-político e cultural de Fortaleza.

Entre outras, podemos apontar as seguintes empresas, com seus respectivos empresários:

1. A Companhia Cearense de Curtumes, fundada em 1891, por iniciativa de Manuel Gomes Barbosa, Carlos Studart e José Joaquim Simões;

2. A Companhia Curtume de Baturité, instalada, em 1892, com um capital de 50 contos de réis, pelos sócios Teodósio Freire, Joaquim Matos, João Benício, Francisco Antônio M. de Oliveira e Bernardino Proença;

3. A Companhia Fabril Cearense de Meias, inaugurada, com um capital de 100 contos de réis, por José Albano Filho, Álvaro Teixeira de Sousa Mendes e Antônio Domingues dos Santos e Silva, em 1891;

4. A Companhia Cerâmica e Industrial do Ceará, instalada, com um capital inicial de 300 contos de réis (o maior da época), cuja primeira diretoria foi formada pelo Bacharel Martinho Rodrigues de Sousa, Presidente, Francisco Pinto de Mendonça, Secretário, Isaac Amaral, Gerente. No Conselho Fiscal figuravam: Joaquim da Cunha Freire (Barão da Ibiapaba), Vicente Alves de Oliveira e Antônio Domingues dos Santos e Silva. Formavam a Suplência do Conselho Fiscal: Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, Álvaro Teixeira de Sousa Mendes e Antônio da Cruz Saldanha.

Foram inauguradas também no mesmo período, a Fábrica de Cigarros Fortaleza, de Mariana Gurgel de Lima; a Fábrica de Cigarros São Lourenço de Antônio M. de Carvalho; a Fábrica de Tecidos Sobral, de Ernesto Deocleciano de Albuquerque; a Fábrica de Pólvora de Sobral, de Manuel Cornélio Ximenes de Aragão; a Fábrica de Sabão do Crato, de João Gomes de Matos; a Fábrica de Sabão de Pacatuba, de Clementino de Oliveira; a Indústria Farmacêutica de Baturité, de Joaquim de Alencar Matos; a Fábrica de Calçados de Fortaleza, de Manuel Ribeiro Bertrand; a Usina Gurgel de Fortaleza, de Teófilo Gurgel Valente e a Fundição Cearense, montada pelos ingleses Spear e Marsden, posteriormente adquirida por seus ex-operários, Valdivino Soares Freire e José Cândido Freire.

Devido à inexistência de um programa de governo comprometido com o desenvolvimento da indústria no Estado, os empreendimentos instalados nesse pe-

ríodo, podem ser caracterizados como pequenos negócios de infra-estrutura industrial rudimentar e financeiramente frágeis. Mesmo assim, alguns deles sobreviveram às dificuldades, prosperaram, e hoje são importantes empresas no universo industrial do Ceará.

A trajetória das famílias Diogo e Philomeno Gomes são exemplos de empreendimentos sólidos, que se formaram a partir desse primeiro surto de industrialização.

Antônio Diogo de Siqueira iniciou suas atividades profissionais ajudando seu pai no comércio de gado, na região de Itapajé. Cedo transferiu-se para Fortaleza e não tardou a dedicar-se às atividades industriais. Inicialmente, com alguns sócios, montou uma fábrica de sabão na atual Praça Clóvis Beviláqua. Em 1904, retirou-se da sociedade, instalou sozinho uma outra fábrica de sabão e de torta de algodão, para alimento do gado. Em seguida, investiu no setor têxtil, instalando as fábricas Santa Elisa e a Ceará Industrial, na produção de óleos vegetais e numa fábrica de cigarros — a Araken. Ao falecer em 1932, seu filho, o engenheiro Waldir Diogo de Siqueira, ampliou as atividades industriais da família, lançando-se no ramo da construção civil.

Atualmente, comandam as empresas Diogo, os irmãos Waldir Diogo de Siqueira Filho e Antônio Eduardo Diogo de Siqueira, netos do iniciador.

Pedro Philomeno Ferreira Gomes, sobralense de nascimento, chegou a Fortaleza aos seis anos de idade, em companhia de seus pais, Francisco Philomeno Ferreira Gomes e Maria Isabel Carneiro Ferreira Gomes. Em 1904, com dezesseis anos, mudou-se para o Rio de Janeiro, para trabalhar numa casa comercial, de propriedade de seu irmão mais velho. Ao retornar ao Ceará, em 1907, trabalhou com o pai, tornando-se seu sócio na firma Philomeno Gomes & Filho.

Da fábrica de cigarros deixada pelo pai, ampliou suas atividades para os ramos de usinas de algodão, têxtil, imobiliário e da industrialização do caju.

Na indústria de beneficiamento de algodão, foi um dos sócios fundadores da Siqueira Gurgel, Gomes & Cia. Ltda. No setor têxtil, implantou em Fortaleza, a Fábrica de Tecidos São José, em 1926, hoje nacionalmente conhecida sob a denominação de S. A. Philomeno Indústria e Comércio. A Imobiliária Pedro Philomeno Ltda., foi a pioneira na implantação de hotéis turísticos no Ceará. São de sua responsabilidade a construção do "Iracema Plaza Hotel", o primeiro a ser construído na orla marítima, e o "Lord Hotel", tradicional hotel do centro da cidade. Foi igualmente inovador, quando montou a "Fazenda Guarany", em cujas terras plantou inicialmente duzentos mil pés de caju, fruto que se transformaria numa das maiores fontes de ri-

queza do Estado.

Além das atividades empresariais, Pedro Philomeno também se destacou na atividade político-partidária. Em 1932, participou da Comissão Executiva Central Provisória do Partido Social Democrático (PSD), e, em seguida, foi membro da Comissão Organizadora do Partido Economista, que congregava os representantes das associações comerciais, industriais e de exportadores do Ceará. (12)

Não obstante a ação desses empreendimentos pioneiros, somente no final da década de 1950 é que se definiu para o Nordeste uma política de industrialização.

Com esse objetivo, foi formado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que estabeleceu as seguintes diretrizes para o desenvolvimento da Região: (13)

1. Intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;

2. Transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos aos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;

3. Transformação progressiva da agricultura das zonas semi-áridas, no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e

4. Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à Região as terras úmidas do "hinterland" maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida.

Como conseqüência do documento do GTDN, foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, com a finalidade de coordenar a ação dos órgãos federais na Região e, em linhas gerais, desenvolver o programa traçado pelo GTDN.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) GIRÃO, R. H. E.C. p. 7-51

(2) FERNANDES, Y. N. P. C. p. 47-48.

(3) GIRÃO, R. H. E. C. p. 87-88.

(4) GIRÃO, R. H. E. C. p. 139-140.

(5) SILVA, Alcir Veras da. Algodão e Indústria Têxtil do Nordeste. Editora Universitária, Natal. 1980. p. 45-58.

(6) OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1977. p. 65.

(7) Násceu Thomaz Pompeu de Souza Brasil em 1808 em Santa Quitéria (Ceará), sendo seus pais, o Capitão Thomaz de Aquino de Souza e Senhora Geracina Isabel de Souza. Fez o curso primário em Santa Quitéria, tendo por mestre seu próprio pai. Em 1835, matriculou-se na Aula Régia de Latim, de Sobral. Em 1836, transferiu-se para Olinda, onde matriculou-se, simultaneamente, na Academia Jurídica e no Seminário Diocesano. Ordenou-se sacerdote no dia 18 de setembro de 1841 e recebeu, a 2 de março de 1843, o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. As cerimônias do magistério tinham para o seu espírito mais atrativo que as cerimônias eclesiásticas. Assim, dedicou-se ao estudo da geografia e publicou vários livros. Em 1845, a convite do Presidente do Ceará, Coronel Inácio Correia, retornou de Olinda para organizar e dirigir o Liceu e a Instrução Pública de sua terra. Em 1864, mercê dos inúmeros serviços prestados ao Ceará, foi escolhido Senador vitalício do Império. Organizou, em 1870, a Companhia Cearense Via Férrea de Baturité, primeira empresa do gênero a ser instalada no Ceará. Morreu o Senador Pompeu, em 1877.

(8) NOBRE, Geraldo da Silva. Indústria Cearense em 1860. Revista Indústria Cearense, Fortaleza, MAR. 1975.

(9) Thomaz Pompeu de Souza Brasil nasceu em Fortaleza a 30 de junho de 1862. Foi presidente do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras e do Centro Industrial de Fortaleza. Professor, fundador e

diretor da Faculdade de Direito do Ceará; vice-presidente e administrador da província e deputado à Assembléia Geral em três legislaturas. Foi sócio dos Institutos Históricos e Geográficos de Lisboa, da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo. Escritor, jornalista e pensador com inúmeros trabalhos publicados. Faleceu em 1929.

Antônio Pompeu de Souza Brasil, nasceu em 23 de março de 1851 e faleceu em 26 de janeiro de 1886, aos trinta e cinco anos. Formou-se em Medicina, porém, em sua curta existência, destacou-se pela dedicação com que trabalhou na construção da Fábrica de Fiação e Tecidos Cearense.
(Revista Indústria Cearense, DEZ. 1967).

(10) LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1978. p. 165-203.

(11) LEME, Marisa Saenz. A Ideologia dos industriais brasileiros. Vozes, Petrópolis, 1978. p. 27.

(12) MONTENEGRO, Abelardo F. Os Partidos Políticos do Ceará. Imprensa Universitária, Fortaleza, 1980. p. 115-129.

(13) ANDRADE, Manuel Correia de. Estado, Capital e Industrialização do Nordeste. ZAHAR, Rio de Janeiro, 1981. p. 47.

CAPÍTULO III

A POLÍTICA INDUSTRIAL DA SUDENE

A. A SUDENE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Grosso modo, podemos dividir a industrialização do Nordeste em duas fases: A Fase que antecedeu a criação da SUDENE e a Fase posterior ao surgimento desse órgão.

No capítulo anterior, procuramos estabelecer algumas características das indústrias da fase pioneira, que surgiram e se desenvolveram antes da aprovação da política de desenvolvimento regional da SUDENE. Com efeito, apontamos os pequenos negócios familiares, que predominantemente operavam no ramo das "indústrias tradicionais", mais especificamente, nos setores têxtil e alimentício, com a finalidade de suprir a demanda interna da Região.

No presente capítulo, analisaremos a segunda fase da industrialização nordestina, que se instalou a partir da intervenção do Estado na economia regional, através da implantação do programa da SUDENE.

De início, a criação da SUDENE representou a intenção do Governo Federal de implantar no Nordeste uma indústria regional autônoma, voltada para a utilização de matérias-primas e mão-de-obra locais, visando dessa forma, amenizar as disparidades regionais existentes entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Entretanto, decorridos 25 anos, a política de desenvolvimento da SUDENE, ao contrário de consolidar a autonomia econômica da Região, reafirmou a supremacia do Centro-Sul, caracterizando-se como um instrumento político de integração econômica nacional, onde o Nordeste apresenta-se como uma Região periférica que, embora pobre, se constitui numa área potencial para a expansão do sistema capitalista.

Tradicionalmente, a política econômica nacional sempre deixou de lado a questão do desenvolvimento regional, permitindo em escala crescente, a concentração de capital no Centro-Sul.

Em função da mencionada ideologia de integração econômica nacio-

nal, coube às regiões mais pobres participarem do desenvolvimento capitalista brasileiro, como fornecedoras de mão-de-obra e matérias-primas (1). Desse modo, a ação governamental nas regiões periféricas sempre se restringiu ao atendimento de reivindicações imediatistas, assumindo, sobretudo, um caráter assistencialista.

No caso específico do Nordeste, esse aspecto torna-se mais evidente quando observamos que os recursos provenientes do setor público se avolumam nos anos de seca e nos períodos eleitorais, reafirmando a prática do paternalismo político.

Outro enfoque que nos leva a constatar, claramente, a tendência do Governo Central de favorecer o desenvolvimento do Centro-Sul em detrimento das regiões mais pobres, se relaciona ao modelo de classificação dos projetos governamentais.

Estes, de acordo com seus objetivos, são classificados como de interesse nacional ou regional. Os programas nacionais dispõem de uma linha de crédito mais ampla que os de interesse regional, além de usufruírem de vários outros privilégios.

Não obstante esse critério de classificação, como podemos explicar que o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul seja considerado de interesse nacional, enquanto que, o pólo petroquímico da Bahia, que tem os mesmos objetivos, seja considerado de interesse regional?

Todavia, as críticas do modelo econômico planejado para o Nordeste, não devem se limitar à questão da centralização política do País, que agravou-se, ainda mais, com o advento do movimento militar de 1964.

Ao longo de seus 25 anos de existência, a SUDENE passou por uma série de modificações que resultou no completo esvaziamento e descaracterização da entidade, enquanto órgão de desenvolvimento regional.

I. INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS

O mais importante sistema de incentivos fiscais e financeiros da SUDENE foi o "mecanismo do 34/18". Tal denominação é uma referência aos artigos 34 da Lei 3.995/61 e 18 da Lei 4.239/63, que instituíram, respectivamente, o primeiro e o segundo planos diretores da entidade.

O artigo 34 da Lei 3.995/61, de autoria do Deputado Gileno Carli, do PSD de Pernambuco, foi inspirado no modelo italiano de reforma agrária, que

objetivava desenvolver o Sul daquele País, às custas do Norte industrializado. (2).

Segundo o referido artigo, era permitido às empresas de Capital 100% nacional, efetuar a dedução de 50% do imposto de renda devido para aplicação em projetos industriais, na área da SUDENE e considerada de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

O artigo 18 da Lei 4.239/63, estendeu o benefício às empresas transnacionais e aboliu a exigência da aplicação na atividade industrial. Assim, qualquer empresa, nacional ou estrangeira, poderia deduzir 50% do imposto de renda para realizar investimentos na área de interesse da SUDENE, em qualquer ramo de atividade, inclusive no setor agropecuário.

Os recursos do 34/18 eram depositados no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e liberados com autorização da SUDENE, depois de analisado e aprovado o projeto. Embora, os primeiros projetos tenham sido aprovados a partir de 1960, os financiamentos só começaram a ser liberados em 1963.

Na verdade, o mecanismo do 34/18, ao contrário de induzir o desenvolvimento das empresas, criou grandes desvantagens para os grupos econômicos nordestinos, que dispondo de menos capital, pagavam menos impostos e, conseqüentemente, disporiam de menos capital para aplicar (3).

Dessa forma, o programa básico de incentivos fiscais e financeiros para instalação e modernização de indústrias tinha um caráter centralizador. As próprias condições institucionais para captação de recursos do 34/18, alijaram o pequeno e médio empresário nordestino do programa, favorecendo o grande investidor do Centro-Sul e do exterior.

Na maioria dos casos, o empresário do Centro-Sul e do exterior decidia pelo investimento no Nordeste, em virtude das prerrogativas obtidas pelo desconto do imposto de renda e, ao mesmo tempo, pela vantagem de abrir mais uma filial, e não porque se dispusesse a participar do esforço desenvolvimentista da Região.

I. I. DESVIOS DA POLÍTICA DOS INCENTIVOS

O mecanismo de incentivos, montado com o objetivo de promover a industrialização do Nordeste, sofreu sua primeira distorção com a concessão dos benefícios aos grupos multinacionais. Este fato, conjugado com a Lei 4.216/63, que estendeu os mesmos benefícios à SUDAM, ou seja, à área da Amazônia legal, incluindo o norte de Goiás e Mato Grosso, prejudicou duplamente as metas do plano inicial.

Primeiro, porque a maioria das grandes empresas transnacionais, devido à proximidade de suas bases no Centro-Sul, preferiu realizar suas aplicações na agropecuária da Amazônia legal e no reflorestamento do Centro-Oeste, onde de uma forma mais fácil poderia controlar suas operações, ao contrário das aplicações no Nordeste, que além de dificultarem o controle, tinham um risco mais elevado.

Em segundo lugar, essa falta de interesse de investir na industrialização do Nordeste, determinou o surgimento do "comércio paralelo" para captação de recursos. Este comércio consistia na transação de certificados de depósitos, entre as grandes empresas que descontavam seus impostos mas não se interessavam pela operação, e outras empresas menores que desejavam operar mas não dispunham de recursos. Com o crescimento desse comércio, desencadeou-se na Região um processo de corrupção, onde o ágio das transações realizadas atingia, comumente, a taxa de 40%, sem que o Governo tivesse condições de controlar a ação dos intermediários.

Em 1974, em substituição ao sistema 34/18, o Governo criou o FINOR (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste), com os objetivos básicos de promover, através de maior controle, a compatibilização entre oferta e demanda de recursos dos incentivos fiscais, garantir o aporte de recursos necessários à implantação dos projetos aprovados pela SUDENE e eliminar a figura do intermediário na captação de recursos. Esta medida, no entanto, não chegou a restabelecer o equilíbrio esperado entre a oferta e a demanda de recursos dos incentivos fiscais.

Outros desvios ocorreram para agravar, ainda mais, a situação de esvaziamento da SUDENE: 25% dos benefícios dos incentivos fiscais foram destinados à pesca (SUDEPE), 50% para o reflorestamento (IBDF), 8% para o turismo (EMBRATUR), 1% para o Estado do Espírito Santo (Geres) e 1% para a alfabetização (MOBRAL) (4).

Como podemos observar no quadro que se segue, em 1980 a SUDENE contava com apenas 19.2% dos incentivos, que no início do programa eram integralmente aplicados em seus projetos:

QUADRO I

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS INCENTIVOS FISCAIS SEGUNDO AS APLICAÇÕES – 1962/1980

	DESTINO DOS INCENTIVOS								
ANOS	SUDENE	SUDAM	SUDEPE	TURISMO	REFLOR.	PIN	PROTERRA	OUTROS	TOTAL
1962	100,0	–	–	–	–	–	–	–	100,0
1963	87,7	12,3	–	–	–	–	–	–	100,0
1964	91,8	8,2	–	–	–	–	–	–	100,0
1965	92,0	8,0	–	–	–	–	–	–	100,0
1966	82,9	17,1	–	–	–	–	–	–	100,0
1967	76,0	22,0	2,0	–	–	–	–	–	100,0
1968	64,5	22,8	6,1	5,0	1,0	–	–	0,4	100,0
1969	56,3	23,4	12,5	4,0	3,8	–	–	–	100,0
1970	54,0	22,1	13,4	3,9	6,6	–	–	–	100,0
1971	32,7	14,6	7,0	2,9	12,8	30,0	–	1,7	100,0
1972	24,1	9,0	3,3	2,3	12,0	30,5	18,8	–	100,0
1973	24,7	8,4	2,3	2,5	12,4	29,9	19,8	–	100,0
1974	23,9	9,4	1,2	2,2	12,7	30,4	20,2	–	100,0
1975	27,2	8,6	1,1	1,3	9,8	31,2	20,8	–	100,0
1976	21,8	7,3	0,8	1,5	15,9	31,6	21,1	–	100,0
1977	21,1	7,4	0,6	0,9	16,5	32,1	21,4	–	100,0
1978	18,8	7,4	0,5	0,8	18,8	29,2	19,4	5,1	100,0
1979	18,6	7,9	0,4	1,0	19,1	28,7	19,2	–	100,0
1980	19,2	8,3	0,4	1,0	16,4	28,6	19,0	7,1	100,0

NOTA: Exclui incentivos ao Estado do Espírito Santo, EMBRAER e MOBRAL.

FONTE: O Nordeste e a Tecnocracia da Revolução, J. Colombo de Sousa. Ed. 1981.

Concluindo, vale a pena ressaltar que além das falhas e desvios apontados, o sistema de incentivos projetado para a recuperação do Nordeste, foi irrisório se comparado com os favores que recebeu a industrialização do Centro-Sul. A esse respeito, o Dr. Rômulo de Almeida, ex-presidente do BNB, fez o seguinte pronunciamento: "a proteção aduaneira, cujo efeito é semelhante ao da reserva de mercado; o subsídio cambial e outros que caracterizaram o início da industrialização do Centro-Sul, o Nordeste não tem. Financiamento com subsídio, isto é, sem correção monetária, o Centro-Sul se aproveitou, quase todas as suas empresas primitivas foram feitas dessa forma, e no Nordeste não encontramos um só caso. Cobertura do déficit operacional, como ocorreu com a COSIPA e a Lutfalla, em São Paulo; subsídio em insumos e importação franca de equipamentos, acabou quando o Nordeste chegou". **(5).**

III. GERAÇÃO DE EMPREGOS

Desde o início, o maior desafio da SUDENE constituiu-se na formação de uma indústria que fosse capaz de absorver, em larga escala, a mão-de-obra disponível, tendo em vista as alarmantes taxas de desemprego e subemprego existentes na Região. Daí, era de se esperar o surgimento de empresas voltadas, fundamentalmente, para a criação de empregos diretos e indiretos.

Entretanto, os resultados apresentados até agora, revelaram uma realidade bem diferente. O crescimento da oferta de empregos não ocorreu conforme as expectativas.

Essa divergência em relação aos planos iniciais, pode ser explicada pela natureza do programa de incentivos do 34/18 (ou FINOR), que favoreceu a grande empresa de capital intensivo, em detrimento da pequena e média empresa, tradicionalmente geradoras de emprego.

A análise dos Quadros II e III, demonstra a evolução dos projetos industriais incentivados pela SUDENE, quanto à quantidade de empresas, valor dos investimentos e o número de empregos diretos criados, de 1960 a 1982.

Antes de comentar os dados apresentados, é necessário apontar as seguintes ressalvas, quanto ao método utilizado para a construção do gráfico (quadro III):

1. N.º de Projetos – Um projeto aprovado não implica necessariamente num empreendimento construído, ou seja, um certo número de projetos aprovados não veio a ser implantado. No entanto, por falta de condição de identificar o número

QUADRO II

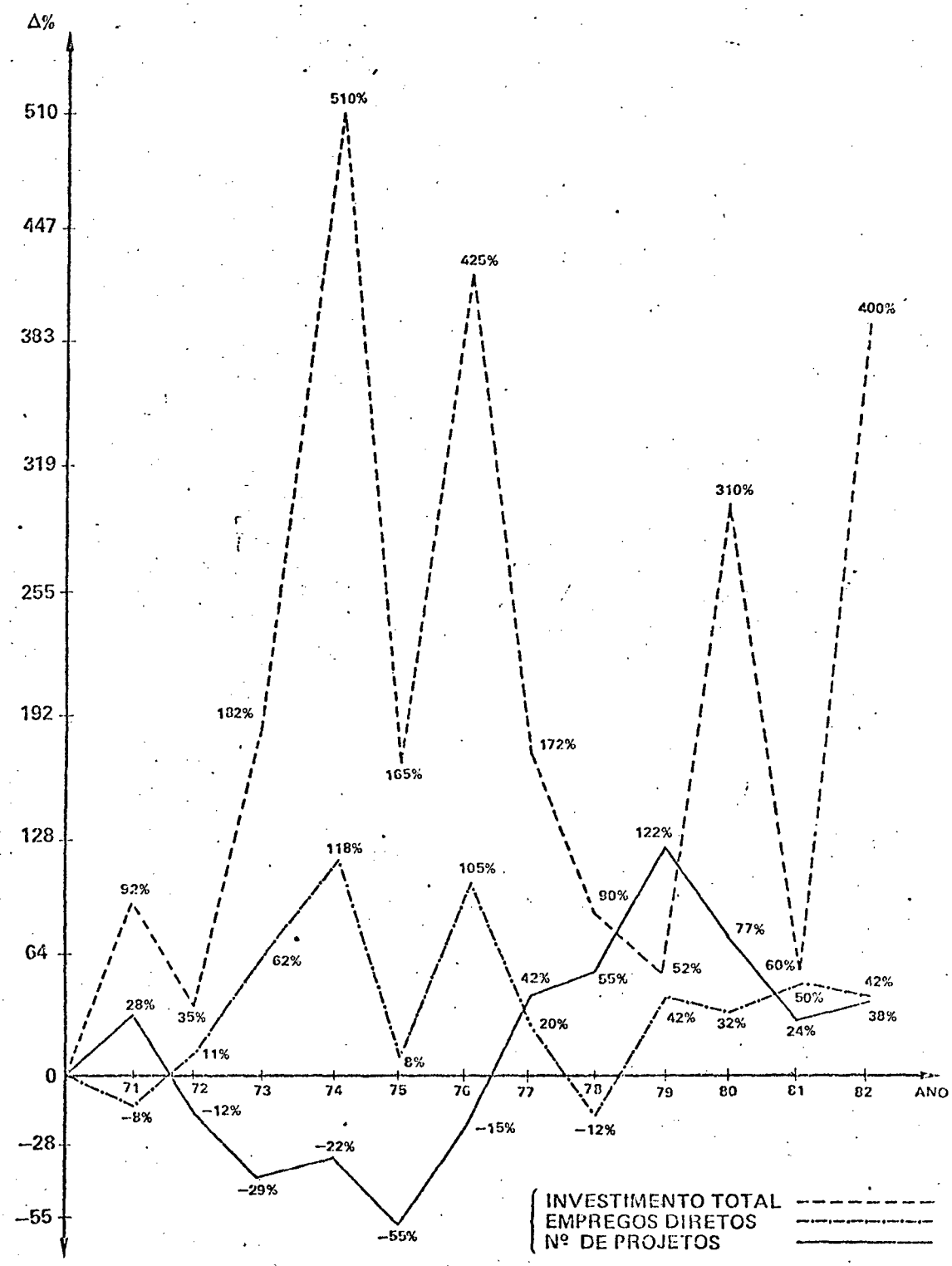
EVOLUÇÃO DOS PROJETOS INCENTIVADOS PELA SUDENE

ANOS	PROJETOS INDUSTRIAIS		
	Nº de Projetos	Investimento Total	Nº de Empregos Diretos
1960 a 1970	1.557	465.948.319	153.126
1971	181	81.268.585	12.947
1972	122	57.401.492	15.497
1973	101	119.964.850	22.638
1974	109	258.342.212	30.204
1975	64	111.861.682	14.955
1976	120	221.659.570	28.474
1977	202	116.238.897	16.710
1978	222	80.349.711	12.052
1979	314	64.114.956	19.784
1980	250	172.573.844	18.399
1981	175	67.967.720	20.905
1982	197	212.292.843	19.825
TOTAL	3.614	2.029.984.681	385.516

NOTA: Os valores dos investimentos totais foram calculados a preços de 1981.

FONTE: Nordeste em Dados. SUDENE, 1984. p. 192-193.

QUADRO III PROJETOS DA SUDENE: INVESTIMENTOS E EMPREGOS



desses "fracassos", consideramos que todos os projetos aprovados pela SUDENE cumpriram seus objetivos; e

2. Média 1960/1970 — As variações percentuais foram calculadas em relação à média anual da década 1960/1970. Porém, observamos que no período 1967/72 ocorreu um grande número de projetos inadimplentes, o que afetou a média escolhida.

Entretanto, do mesmo modo que achamos que essas falhas reduzem o grau de confiabilidade da análise, acreditamos, também, que elas não chegam a comprometer totalmente suas conclusões gerais.

Assim, podemos observar que o programa de industrialização da SUDENE absorveu uma enorme parcela de capital, concentrada em grandes projetos, que pouco contribuíram para a política de criação de empregos.

No período 1975/76, por exemplo, foram canalizados grandes investimentos para os projetos do pólo petroquímico da Bahia, e, em 1980, um único projeto (Alcoa Alumínio S/A, em São Luis — MA) foi contemplado com cerca de 67% do total dos investimentos aprovados naquele ano.

IV. DISTRIBUIÇÃO DOS SALÁRIOS

Outro aspecto importante a ser observado, refere-se à distribuição dos salários da população economicamente ativa do Nordeste.

Devido à instalação na Região de filiais das empresas nacionais e transnacionais, sediadas no Centro-Sul; e à falta de um programa eficaz de preparação e qualificação da mão-de-obra local, os empregos de maior responsabilidade e de melhores salários, foram sendo ocupados por executivos vindos daquela Região, onde a disponibilidade de mão-de-obra qualificada é bem maior que a existente no Nordeste. (6)

Nesse sentido, os dados apresentados pela SUDENE, são significativos ao apontar que 43.68% da mão-de-obra nordestina, ocupada no setor não agrícola, percebe salários mensais que não ultrapassam a quantia correspondente a um salário mínimo, enquanto que, apenas 0,9% percebe rendimentos superiores a 20 salários mínimos.

QUADRO IV

RENDIMENTO MENSAL EM SALÁRIO MÍNIMO	SETOR NÃO AGRÍCOLA (%)
ATÉ 1	43.68
MAIS DE 1 A 2	25.02
MAIS DE 2 A 5	16.02
MAIS DE 5 A 10	5.17
MAIS DE 10 A 20	2.36
MAIS DE 20	0.90
SEM RENDIMENTO	5.79
SEM DECLARAÇAO	0.50
TOTAL	100.00

NOTA: Dados de 1980.
FONTE: Nordeste em Dados. SUDENE, 1984. p. 40.

V. CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DOS PROJETOS

Uma das metas estabelecidas no primeiro plano diretor da SUDENE, previa a criação de uma adequada estrutura de energia e transportes que possibilitasse a distribuição geográfica da atividade industrial, em função dos mercados e das fontes de matéria-prima, evitando-se, porém, concentrações excessivas.

Mais uma vez, os planos da política de desenvolvimento regional não corresponderam à realidade criada nesses 25 anos de atuação da SUDENE. Dos 2.335 projetos aprovados, até julho de 1984, 22.4% estão localizados em Pernambuco, 19.1% na Bahia e 16.5% no Ceará. Em seguida, aparecem Paraíba, Norte de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Alagoas e Sergipe, com respectivamente, 12.5%, 7.9%, 5.7%, 5.3%, 5.2%, 2.8% e 2.6%.

O aspecto da concentração geográfica dos projetos, porém, não se limita ao nível estadual. Segundo o Prof. Manuel Correia de Andrade, ocorreu também uma tendência significativa para a concentração industrial nas demais capitais nordestinas.

Baseado em informações de 1960 a 1977, Manuel Correia expôs a esse respeito, o seguinte quadro: Em Pernambuco, a Região Metropolitana do Recife concentrou 69.7% do total de projetos aprovados para o Estado. Na Bahia, a Grande Salvador, contou com 61.4% das indústrias beneficiadas pelo programa. For-

taleza, apresentou 74.6% dos projetos destinados ao Ceará. Na Paraíba, embora Campina Grande tenha se favorecido devido ao forte intercâmbio com Recife, a Grande João Pessoa recebeu 45,6% dos projetos. No Rio Grande do Norte, Natal recebeu 52,9% do total do Estado. Montes Claros, a capital mineira da área sob a jurisdição da SUDENE, recebeu 59.7% do total de projetos aprovados para o Estado. Em Alagoas, a Região de Maceió concentrou 51.2% dos projetos. Aracaju recebeu 69.2% dos projetos aprovados para Sergipe. No Maranhão, São Luis concentrou 75% dos projetos do Estado. E no Piauí, 62.5% dos projetos se localizaram em Teresina". (7)

É importante ressaltar, que essa tendência de concentração de atividade industrial, de forma idêntica aos efeitos das estiagens, afastou o homem do campo, que partiu para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Esse fluxo migratório, concorreu para o crescimento desordenado das capitais nordestinas, que, embora sejam consideradas de médio porte, com exceção do Grande Recife, apresentam problemas característicos das grandes metrópoles brasileiras, como a violência urbana, a poluição do meio ambiente e, principalmente, a proliferação de favelas.

B. A ATUAÇÃO DA SUDENE NO CEARÁ

Não obstante as considerações feitas a nível regional, a atuação da SUDENE no recente processo de industrialização do Ceará, apresenta características contrárias aos aspectos levantados na análise desenvolvida para a política global de industrialização.

Porém, é importante observar que essas diferenças ou contradições, não se devem somente às peculiaridades inerentes à realidade sócio-econômica de cada Estado. Motivos mais relevantes, estão diretamente ligados à forma de implementação do programa da SUDENE, que, se por um lado, não conseguiu amenizar o hiato que separa a pobreza do Nordeste do desenvolvido Centro-Sul, por outro, agravou o quadro das desigualdades intra-regionais.

O Ceará é o Estado nordestino que mais sofre os efeitos das secas periódicas. De uma área territorial de 149.431 km², 98.4% está inserida no chamado polígono das secas, onde a maioria das famílias convive com indicadores sociais característicos das áreas mais pobres do planeta, sem que nenhuma medida substantiva seja tomada no sentido de mudar essa realidade.

Assim, desde o início, o Ceará não reuniu as condições necessárias para

atrair os grandes empreendedores nacionais e transnacionais. Nem mesmo o Governo Federal realizou investimentos de vulto no Ceará, dando, quase sempre, prioridade a Pernambuco e à Bahia.

Dentre as outras razões, que teriam excluído o Ceará dos projetos industriais provenientes do Centro-Sul e do Exterior, podemos destacar:

1. Deficiências no suprimento de energia elétrica, para uso industrial, que foram relativamente sanadas com um atraso de pelo menos quinze anos em relação a Pernambuco e a Bahia;

2. Falta de infra-estrutura portuária, rodoviária e de comunicações, favorável ao escoamento da produção;

3. Indisponibilidade de economias externas outras, tal como: inexistência de matérias-primas de natureza vária em escala industrial, à exceção do algodão arbório;

4. Mercado interno de proporções reduzidas; e

5. Maior distância entre centros supridores de insumos e centros consumidores de bens intermediários e finais.

Dessa forma, o crescimento da indústria local, que na década de 1960-1970 superou as taxas de crescimento da indústria regional como um todo, deve ser atribuído aos pequenos investidores cearenses, que a partir de 1963 começaram a receber os incentivos da SUDENE.

Contrariando os padrões do processo de desenvolvimento regional, onde o ramo das indústrias tradicionais cresceram de forma mais lenta que o grupo dos gêneros industriais considerados dinâmicos, o Ceará manteve a mesma estrutura industrial existente antes da criação da SUDENE, conservando as indústrias tradicionais à frente de seu desenvolvimento industrial, como demonstra o quadro a seguir:

Em 1978, através da exposição de motivos N.º 259 da Presidência da República, formalizou-se a criação de um grupo de trabalho interministerial, visando a elaboração dos estudos básicos e providências iniciais com vistas a consolidação e desenvolvimento do III Pólo Industrial do Nordeste, localizado no Estado do Ceará. (8).

Dentro da orientação geral de estimular o setor secundário, O III Pólo

QUADRO V DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS E DOS INVESTIMENTOS SEGUNDO OS GÊNEROS: ESTADO DO CEARÁ – 1978

GÊNEROS	Nº DE EMPRESAS		INVESTIMENTO TOTAL	
	ABSOLUTO	%	(EM MIL CR$)	%
TRADICIONAIS	72	58,0	6.031.309	71,2
TÊXTIL	18	14,5	2.670.948	31,5
ALIMENTOS	32	25,8	2.059.247	24,3
VESTUÁRIO/CALÇADOS	19	15,3	978.903	11,6
COUROS/PELES	3	2,4	322.211	3,8
DINÂMICOS	37	29,9	1.932.301	22,8
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÃO	5	4,0	542.628	6,4
QUÍMICA	8	6,5	387.530	4,6
METALÚRGICA	11	8,9	383.387	4,5
MATÉRIA PLÁSTICA	5	4,0	371.395	4,4
MIN. NÃO-METÁLICOS	8	6,5	247.361	2,9
OUTROS	15	12,1	507.675	6,0
TOTAL	124	100	8.471.285	100

NOTA: Os investimentos foram calculados a preços de 1977.

FONTE: Pesquisa direta – BNB/SUDENE, 1978.

Industrial do Nordeste visou alterar as bases do sistema produtivo cearense, aumentando a participação das indústrias dinâmicas na economia estadual.

Em termos específicos, as diretrizes básicas do III Pólo Industrial são as seguintes: (9)

1. Complementar o capital social básico do Ceará e, em especial, da Região Metropolitana de Fortaleza;

2. Estimular a implantação de complexos econômicos diversificados e verticalmente integrados, através da promoção de atividades industriais relacionadas inter setorialmente e em função da economia estadual como um todo;

3. Propiciar a realização de investimentos que incorporem fatores não explorados ou inadequadamente utilizados;

4. Criar opções tecnológicas mais adequadas às condições naturais e econômicas do Estado do Ceará.

Segundo a concepção global do III Pólo, foram institucionalizados os seguintes programas: (10).

PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO INDUSTRIAL: Este programa objetiva permitir a criação de condições adequadas para a consolidação e ampliação da atual estrutura industrial cearense, através das seguintes metas:

- Plena utilização da capacidade industrial das empresas instaladas no Ceará, com reestruturação daquelas com limitações técnicas ou de recursos e fortalecimento das demais.

- Elevação da produção industrial do Estado, a partir da melhoria dos índices de produtividade das empresas.

PROGRAMA DE EXPANSÃO DO APOIO À PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA, com os seguintes objetivos:

- Redefinir, compatibilizar e ampliar os atuais programas de apoio à pequena e média indústria;

- Intensificar a formação de recursos humanos, voltados para a pequena e média indústria, com vistas ao aprimoramento da capacidade empresarial em nível de gerência e da mão-de-obra especializada e semi-especializada;

- Desenvolver o apoio tecnológico ao estrato industrial da pequena e média indústria;

- Reforçar a infra-estrutura de apoio à pequena e média indústria, através da criação de mini-distritos especializados;

- Ampliação do apoio à microempresa.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PÓLO TÊXTIL E DE VESTUÁRIO, com as metas de:

- Elevação da quantidade de fusos em operação no Estado do Ceará, de 102.238 para 552.488, mediante implantação, ampliação e relocalização de indústrias;

- Elevação da capacidade instalada da indústria de vestuário masculino em 36 milhões de peças, e feminino em 43,5 milhões de peças, além de roupas de banho e afins (3,6 milhões de peças), roupa de cama (1 milhão de peças), guarnições para mesa (1 milhão de peças) e reorganização das atividades artesanais de renda, labirintos e bordados.

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO METAL-MECÂNICO: Este programa possibilitará a implantação de uma unidade produtiva de chapas e bobinas finas a frio e folhas de embalagem, através de uma unidade de laminação de aços planos, além de criar condições para que sejam implantadas uma série de empresas do setor. A laminação estará a cargo de uma empresa de economia mista que contará com a participação da SIDERBRÁS, enquanto as demais unidades estariam a cargo de empresários privados.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA: Numa primeira fase, pretende-se a realização de estudos detalhados para a identificação e dimensionamento das disponibilidades qualitativas e quantitativas dos recursos pesqueiros do Estado. Paralelamente, objetiva o programa o estabelecimento de soluções racionais para melhoria e expansão da atividade pesqueira, especialmente no tocante à pesca industrial. Procura-se o aperfeiçoamento de métodos e técnicas para a exploração, conservação e beneficiamento racional dos recursos marítimos, estuarinos e de águas interiores, com vistas ao atendimento dos mercados interno e externo e ao desenvolvimento sócio-econômico do setor. A partir dos estudos que forem realizados, será elaborado o plano para a pesca industrial no Estado, com a definição de projetos específicos, assim como do esquema institucional e de recursos. Identifica-se, a curto prazo, a necessidade de ampliação da oferta de alevinos, e vem assim a necessidade de aproveitamento do potencial pesqueiro das águas interiores.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA INDÚSTRIA COUREIRA: O objetivo principal é a integração da atividade coureira, procurando-se fomentar a oferta de matéria-prima e incentivar o desenvolvimento de atividades manufatureiras de ponta, especialmente as indústrias de calçados, confecções e artefatos de couro.

PROGRAMA DE APROVEITAMENTO DE NOVAS OPORTUNIDADES INDUSTRIAIS: Este programa visa a realização de estudos e pesquisas que identifiquem as efetivas potencialidades do Estado do Ceará no setor de alcoolquímica, a partir da industrialização da cana-de-açúcar, mandioca e babaçu. Objetiva ainda, apontar novas oportunidades de investimento, particularmente no campo da petroquímica, da indústria de mineração e da agroindústria em geral.

PROGRAMA DE APOIO INFRA-ESTRUTURAL: A finalidade desse programa é criar e manter as condições de infra-estrutura necessárias à implantação e desenvolvimento dos projetos industriais do III Pólo. Toda ênfase será concedida, na primeira etapa, à consolidação do Distrito Industrial de Fortaleza, que será dotado de adequadas condições de transporte, energia, comunicações, água bruta e tratada e esgotos. Numa segunda etapa, pretende-se sua expansão, bem como a implantação de novos distritos.

PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO: Esse programa visa a implantação do Núcleo de Tecnologia Industrial (NUTEC), e do Núcleo de Tecnologia de Calçados e Afins (NTCA).

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, com os seguintes objetivos:

- Criação de um centro de recursos humanos, a nível estadual, com características de órgão de assessoramento e prestação de serviços à indústria, devendo atuar de forma integrada com todas as instituições vinculadas à área de formação e treinamento de mão-de-obra industrial;

- Implantação de um centro de treinamento têxtil e de confecções para atender à demanda de qualificação de mão-de-obra na indústria têxtil e de confecções;

- Fortalecimento da estrutura de ensino da Escola Técnica Federal, permitindo que seja aumentado o número de vagas, dotando-a de condições operacionais condizentes;

- Treinamento na área de pequena e média empresa em escala gerencial e chefias intermediárias; e

- Treinamento à mão-de-obra de diversos setores industriais.

PROGRAMA DE PROMOÇÃO INDUSTRIAL: O programa de promoção industrial objetiva a prestação, a empresários locais, nacionais e estrangeiros, de informações sobre oportunidades de investimentos industriais e incentivos disponíveis, com vistas à realização de investimentos no Estado.

Ainda que seja muito cedo para uma avaliação da nova política industrial do Ceará concebida nos programas do III Pólo, devido, principalmente, ao fato da maioria dos investimentos encontrar-se na fase de maturação, podemos apontar alguns indicadores que prenunciam novos horizontes para o quadro da industrialização do Estado: (1)

1. O consumo industrial de energia elétrica cresceu 63%, no período de 1978 a 1981;

2. A arrecadação do ICM, proveniente da indústria, foi, em 1981, 18% superior à de 1978, em termos reais;

3. A produção de cimento, no mesmo período, aumentou 217% e o seu consumo, no Estado, cresceu 22%; e

4. A área de edificações licenciadas em Fortaleza, também no mesmo período, sofreu aumento de 75.7%.

Embora a indústria cearense tenha apresentado, nesses últimos cinco anos, índices excepcionais de crescimento, quase sempre superiores aos índices nacionais e da Região, ela continua sendo considerada incipiente, se comparada aos setores industriais da Bahia e de Pernambuco.

Segundo dados divulgados pela Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas — SUDENOR, o Ceará está inserido entre os três Estados nordestinos mais contemplados com investimentos industriais aprovados pela SUDENE. Esta posição, no entanto, se analisada com maior rigor, revelará uma concentração dos investimentos nos dois Estados melhores colocados, que detêm, juntos, mais da metade do valor total dos investimentos — Bahia, com 37.3%, e Pernambuco, com 18.2%. O Ceará foi contemplado com apenas 8.8%, bem próximo do 4º e 5º colocados — Maranhão, com 7.8% e Minas, com 6.8%, como podemos observar no quadro que se segue:

QUADRO VI

PROJETOS APROVADOS PELA SUDENE
1960 – 1984

ESTADOS	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL		EMPREGOS DIRETOS
		VALOR	%	
ALAGOAS	65	828.756	3,4	12.822
BAHIA	447	8.910.817	37,3	104.538
CEARÁ	384	2.102.242	8,8	70.336
MARANHÃO	123	1.884.377	7,8	16.158
NORTE DE MINAS	185	1.621.878	6,8	38.088
PARAÍBA	291	1.169.435	4,9	36.494
PERNAMBUCO	523	4.369.174	18,2	121.076
PIAUÍ	122	894.894	3,7	13.454
RIO GRANDE DO NORTE	134	1.344.668	5,6	34.143
SERGIPE	61	839.061	3,5	13.322
TOTAL	2.335	23.965.302	100,0	460.431

NOTAS: 1) Relação dos projetos atualizada até julho de 1984;
2) Valores corrigidos pelo IGP, FGV, média até maio de 1984;
3) Inclui os projetos novos sem antecedentes na SUDENE;
4) Valor dos investimentos em Cr$ 1.000.000.

FONTE: Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas – SUDENOR.

Quanto à questão da criação de empregos diretos, podemos observar que o Ceará destaca-se na Região como o Estado que mais empregos gerou, por unidade investida: para cada um milhão de cruzeiros, corresponderam 0.033 empregos diretos, enquanto que o Maranhão e a Bahia apresentaram os menores índices, 0.009 e 0.012 empregos diretos para cada um milhão de cruzeiros investido, respectivamente.

Acreditamos que este fato tenha ocorrido em função de predominar, no Ceará, os pequenos e médios empreendimentos, e de o Maranhão e a Bahia concentrarem grandes projetos poupadores de mão-de-obra.

O Maranhão aponta, em média, 15.3 bilhões de cruzeiros por projeto, sendo sobrepujado apenas pela Bahia, que apresenta uma média de 19.9 bilhões de cruzeiros por projeto. Os altos índices apresentados por esses dois Estados devem-se aos grandes projetos inseridos nos programas do Pólo Petroquímico de Camaçari e a Alcoa-Alumínio S. A., na Bahia e no Maranhão, respectivamente.

Apesar de o Ceará ter iniciado seu programa de implantação da indústria siderúrgica, em 1982, com o lançamento da pedra fundamental da usina de laminados da SIDERBRÁS, que estará concluída em 1985 com capacidade para produzir 200 mil toneladas de chapas bolbinadas e folhas de flandres, juntamente com uma usina do Grupo Gerdau (12), sua taxa de concentração de capital por projeto é uma das mais baixas da Região, representando 5.5 bilhões de cruzeiros, em média.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) ANDRADE, M. C. E. C. I. N. p. 51.

(2) SOUSA, J. Colombo de. O Nordeste e a Tecnocracia da Revolução. Brasília, Horizonte, 1981. p. 169.

(3) ANDRADE, M. C. E. C. I. N. p. 54.

(4) SOUSA, J. C. N. T. R. p. 171.

(5) ALMEIDA, Rômulo de. Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste. Seminário "O Nordeste no Brasil: Avaliação e Perspectivas". Fortaleza, BNB, 1982. p. 78.

(6) ANDRADE, M. C. E. C. I. N. p. 64.

(7) ANDRADE, M. C. E. C. I. N. p. 61-62.

(8) Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Ceará. Relatório Geral do III Pólo Industrial do Nordeste — Grupo de Trabalho Interministerial. Fortaleza, 1979.

(9) CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. Avaliação da Política Industrial do Ceará — Uma Contribuição ao Debate. Fortaleza, FIEC, 1983. p. 22.

(10) Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Ceará. O III Pólo Industrial do Nordeste: Concepção Geral. Fortaleza, 1979.

(11) CASIMIRO, L. M. C. A. P. I. C. p. 26.

(12) Jornal "O Povo". Fortaleza, 28.4.82.

CAPÍTULO IV

A BURGUESIA INDUSTRIAL CEARENSE

A indústria cearense, que somente foi efetivamente estimulada pelo Governo Estadual a partir de 1963 com a definição do PLAMEG I – Plano de Metas Governamentais para o período 1963/66, caracteriza-se por possuir um parque manufatureiro de pouca densidade industrial, decorrente de sua dimensão, de sua pequena integração e diversificação e da ausência de segmentos de forte poder germinativo, apesar de sua relativa coerência com a dotação de fatores locais. (1)

Dado o caráter recente da indústria local, a maioria das empresas que atuam no setor podem ser consideradas como novas unidades que, embora tenham iniciado um processo interno de sucessão da primeira para a segunda geração, permanecem sendo controladas por seus fundadores e proprietários, guardando, dessa forma, o modelo tradicional das empresas familiares.

Presa a este contexto, a burguesia industrial emergente no Ceará ainda não conseguiu firmar-se como força hegemônica no corpo social do Estado.

Um dos principais obstáculos que dificulta o poder de pressão dos industriais, enquanto classe, refere-se às divergências ideológicas existentes entre os dois maiores grupos que a compõem, no caso, os "velhos" empresários representantes da primeira geração, que iniciaram suas atividades no comércio ou na exploração da terra e os "jovens" empresários, cuja grande maioria é formada por herdeiros do primeiro grupo.

Isso nos permite afirmar que a sociedade cearense continua subordinada aos interesses do capital comercial, conservador por natureza, e dominado pelos grandes proprietários rurais, os grandes comerciantes, os grandes incorporadores imobiliários, industriais conservadores, banqueiros e seus respectivos representantes, situados na esfera política e na máquina do Estado. (2)

O estudo das características e ainda, a questão ideoiógica que envolve as duas gerações de industriais cearenses, serão discutidas na segunda parte deste trabalho. Esses aspectos serão apresentados através da análise da organização da burguesia industrial do Ceará, no âmbito de suas entidades representativas.

Em coerência com os objetivos a que nos propomos neste trabalho, acreditamos ser importante incluir o processo de formação dos principais grupos econômicos cearenses, no caso, o Grupo J. Macêdo, Grupo Edson Queiroz, Grupo Jereissati e Grupo M. Dias Branco.

A. GRUPO J. MACÊDO

José Dias de Macêdo nasceu a 8 de agosto de 1919, em Camocim, município do litoral norte do Ceará.

Filho de Manoel Dias de Macêdo, um piauiense de São Raimundo Nonato, que partiu para o Amazonas em busca de riqueza no auge da "era da borracha". Nos seringais, trabalhou inicialmente na coleta do látex como empregado do Coronel José Sabino Leitão. Ao contrair uma doença tropical, foi levado para a casa de Temístocles Navarro Leitão, irmão de seu patrão, em Camocim, onde o clima era adequado ao tratamento da doença. Durante o período de convalescença em Camocim, conheceu Georgina Leitão, filha do velho Temístocles, com quem se casaria pouco tempo depois.

Curado, Manoel Dias de Macêdo, retornou ao Amazonas, onde se tornou dono de seringal. Entretanto, as dificuldades da vida na selva e as precárias condições de saúde, que ocasionaram a morte do primeiro filho do casal, fizeram com que Manoel Macêdo decidisse mudar-se para Camocim.

Ao fixar residência em Camocim, Manoel Macêdo resolveu aplicar o apurado na venda do seringal, investindo no comércio: montou uma loja, um armazém e uma padaria, além de dedicar-se à pequena agricultura.

Em outubro de 1931, já com uma família de onze filhos, sendo José Dias de Macêdo o sétimo, Manoel Dias de Macêdo transferiu-se para Fortaleza, onde adquirira um hotel, motivado pela crise de seus estabelecimentos comerciais.

Da infância em Camocim e dos primeiros anos vividos no hotel de seu pai, em Fortaleza, José Dias de Macêdo comenta:

"Aos nove anos, despachava no balcão do armazém do meu pai em Camocim e aos onze, tomava conta de tudo, quando ele vinha a Fortaleza para fazer compras.

Quando havia festa de igreja em cidades próximas da minha, levava perfume, talco, sabonete, e mil quinquilharias, para vender nas quermesses. Já em Fortaleza, como meus irmãos eram mais velhos e independentes, tomei a tarefa de ajudar o papai no hotel. Fazia as compras, cortava os pães e o doce da sobremesa, armava redes, fazia o que fosse preciso, principalmente em temporadas de grande afluência.

Tudo isso era fácil, porque sempre gostei do trabalho, da movimentação; o difícil mesmo, era ir até Pajuçara e voltar no trem do Crato, ou tomar uma lan-

cha para ir a bordo de navios, agenciando hóspedes para o hotel. Digo que era difícil porque os outros agenciadores eram adultos, e eu, além de muito jovem, era terrivelmente tímido, mas eu ia e conseguia".

A experiência adquirida desde a infância nos tratos das questões comerciais, fez com que José Dias Macêdo insistisse no objetivo de montar seu próprio negócio:

"Quando fazia o quarto ginasial resolvi ser balconista de J. Torquato & Cia., que pertencia a um padrinho de crisma. Estudava no turno da noite; meu irmão (Antônio, que financiava-lhe os estudos), achou que eu terminaria por sair prejudicado nos estudos e me induziu a largar o emprego.

Minha ânsia de encontrar um caminho de realização, a cada dia se intensificava e nessa busca eu ia experimentando de tudo: certa feita aluguei uma canoa e fui de Teresina a Parnaíba, vendendo nas cidades ribeirinhas uma essência que servia para a fabricação de bebidas; quando vi que o produto não tinha futuro, passei a varar o interior no comércio de retratos. Explico: o cliente dava um retrato preto e branco que eu enviava para São Paulo, onde era ampliado e colorido à mão.

Houve uma época em que de noite, com escada, cola e um ajudante a tiracolo, pregava cartazes de propaganda de uma marca de manteiga. E com cerca de dezenove anos, consegui um emprego como viajante-vendedor de uma fábrica de laticínios.

Nesse trabalho fiz a praça de Fortaleza e minha primeira grande viagem. Fui até Recife de navio e de lá, em trem e ônibus, até o sul da Bahia, numa verdadeira aventura. A fábrica fechou e tive de pensar em outra coisa.

Foi um momento decisivo de minha vida. Associei-me com um cunhado (Carlindo Isaac da Cruz), nascendo dessa sociedade a firma Carlindo Cruz & Cia. Eu tinha então vinte anos e pude sentir daí pra frente quanto me valeriam todas as experiências de trabalho que eu acumulara até ali".

Para José Dias de Macêdo a firma Carlindo Cruz & Cia., que lidava com representantes comerciais de uma variedade de produtos, que ia desde agulhas de injeção e comestíveis, até tecidos e madeira, foi o embrião do Grupo J. Macêdo.

De fato, em 1944, abriram um escritório filial em Recife e como Carlindo Cruz não concordava com a idéia de José Macêdo de expandir a firma para o sul do País, a sociedade foi desfeita. Em 1945, nascia a firma J. Macêdo & Cia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, familiarizou-se com um novo veículo que as tropas americanas utilizavam em Fortaleza. José Dias de Macêdo associou ao "jeep" a imagem do auto versátil, capaz de enfrentar as precárias estradas nordestinas da época.

Contando com a ajuda de seu irmão, Antônio Dias de Macêdo, então funcionário federal servindo nos Estados Unidos, obteve a licença para importação do jeep da Willys Overland, de Ohio, U.S.A., e em 1948, partiu para Nova Iorque para acertar um despachante que intermediasse os negócios, já que naquela época não existia, ainda, carta de crédito.

Para José Dias de Macêdo, o "jeep" representou o impulso inicial na consolidação econômico-financeira do grupo:

"Não é à toa que guardo um exemplar raro do modelo 1951, num pedestal, na entrada da sede das Organizações J. Macêdo. De 1948 a 1951, o grupo cresceu de maneira extraordinária, já que naquela época o principal problema era conseguir a licença de importação, e sem esse início de capitalização, não seria possível se pensar numa indústria".

Tendo acumulado bastante capital, como o único representante da Willys no Nordeste do Brasil, José Dias de Macêdo despertou para investir noutras áreas.

Inicialmente, pensou em construir uma indústria de cimento no Ceará. Entretanto, ao analisar o ramo, concluiu que este tipo de investimento estava fora de seu alcance por se tratar de um setor industrial que já nasce grande, ou seja, o tamanho mínimo de uma fábrica de cimento já era muito grande para sua capacidade de inversão do momento.

Tendo desistido da idéia de se tornar industrial, José Dias de Macêdo procurou um novo negócio dentro do setor comercial.

Percebendo a constante falta de farinha de trigo e a inexistência de produtores e importadores do produto no mercado local, José Macêdo iniciou uma luta com o objetivo de conseguir uma licença para importação da farinha.

Contando mais uma vez com a influência de Antônio Dias de Macêdo, embarcou nos Estados Unidos um navio repleto de farinha para vender em Fortaleza. Porém, por razões ainda não totalmente esclarecidas, o navio que transportava a farinha passou direto para o Rio de Janeiro, depois aportou na Bahia, e somente chegou ao porto de Fortaleza quando não havia mais tempo para salvar a carga.

Este incidente levou José Dias de Macêdo aos tribunais de Nova Iorque para tentar repassar os prejuízos para a empresa transportadora. Com a causa ganha depois de muitos sacrifícios, retornou a Fortaleza, certo de que deveria insistir no comércio da farinha. Desta vez, porém, ao invés de importar o produto, resolveu investir na indústria de moagem de trigo, montando seu próprio moinho.

O "desastre do navio" serviu para conscientizar José Macêdo das dificuldades concorrenciais inerentes ao mercado do trigo, devido ao monopólio estatal na compra do grão e ao forte cartel existente entre os industriais já estabelecidos. Assim, antes mesmo de instalar seu primeiro moinho, encarregou um irmão, Benedito Dias de Macêdo, de fazer uma peregrinação nas Repartições Públicas e nas entidades civis e sindicais que mantivessem ligações com a indústria de moagem de trigo.

Em 1955, entrou em funcionamento o Moinho Fortaleza — Sociedade Anônima, com uma capacidade para moer 36 toneladas de trigo por mês.

Atualmente, além do Moinho Fortaleza, que é considerado o oitavo maior moinho em operação no Brasil, as Organizações J. Macêdo controlam mais cinco moinhos: o Moinho Nordeste S.A., em Maceió; o Moinho Salvador — Sociedade Anônima, na capital baiana; o Moinho Atlântico S.A., em Niterói; Fama Industrial S.A. — Moinho Fama, em Santos; e Fama Industrial S.A. — Moinho Londrina, em Londrina, sendo considerado o maior grupo nacional da indústria de moagem de trigo.

Não obstante o predomínio da indústria de trigo, o Grupo J. Macêdo destaca-se também em outros setores da indústria, do comércio e no ramo de agropecuária. No exercício de 1983, a composição das vendas do Grupo ficou assim distribuída: Moinhos — 47%; Outras Indústrias — 31%; Empresas Comerciais — 21%; Setor Agropecuário — 1%.

Somados aos seus seis moinhos, mais nove empreendimentos completam o quadro de empresas que atuam na área industrial do Grupo J. Macêdo: duas cervejarias, a Astra, em Fortaleza, e a Miranda Corrêa, em Manaus, ambas em associação com a Brahma; uma fábrica de material elétrico, transformadores, subestações e peças para moinhos industriais; a CEMEC — Construções Eletromecânicas, localizada em Fortaleza; a QUIMINDÚSTRIA, fabricante de tintas hidrossolúveis e fertilizantes, com sede no distrito industrial de Maracanaú — Ceará; a Fábrica de Tecidos Maranguape — FATEMA, que produz sacaria industrial, tecidos grossos e telas de algodão; a Milho Industrial S.A., em São Paulo; a Companhia de Pneus Tropical, localizada no município baiano de Feira de Santana; e duas fábricas de massas e biscoitos, a Brandini, em Maceió, e Produtos Águia Central S.A. — Indústria e Comércio, em Salvador.

A parte comercial do Grupo J. Macêdo engloba 13 empresas, em sua maioria representantes e distribuidoras dos produtos fabricados pelo próprio Grupo.

A Comercial J. Macêdo S.A. é a sucessora da concessionária Willys, hoje comercializando peças e veículos da linha Ford. Ainda neste setor, podemos apontar a MARDISA — Maranhão Diesel S.A., em São Luis, e a Aguanambi Diesel S.A., em Fortaleza, ambas concessionárias da Mercedes-Benz e a UNIMAQ — Máquinas e Equipamentos, que revende máquinas e equipamentos pesados para agricultura e construção de estradas, além de representar a Honda do Brasil, no Ceará. Outra empresa do Grupo ligada ao setor de veículos é a União Administradora de Consórcios S/C Ltda.

A Companhia Quixadá Comercial e Importadora, fundada em 1928, passou a integrar o Grupo em 1981. Esta empresa dedica-se ao comércio de tintas para construção civil e outros artigos correlatos.

Em 1976, a Quiminfértil iniciou suas atividades como revendedora de fertilizantes nos mercados do Maranhão, Piauí e Ceará.

A distribuição dos pneus e câmaras Tropical BR é realizada pela Unipneus, empresa com sede em Fortaleza e filial em Belém. Ainda neste ramo, o Grupo J. Macêdo instalou, em Fortaleza, a Pneucenter, que além de revender os produtos da Tropical, é especializada na prestação de serviços a automóveis.

Para a distribuição dos produtos Brahma, o Grupo conta com duas distribuidoras e duas transportadoras. Em Fortaleza e nos municípios vizinhos atuam a DINEL e a Transnorte; o mercado de Manaus é atendido pela distribuidora EDIL e pela transportadora TAL.

Na atividade agropecuária, o Grupo J. Macêdo é representado por três empresas:

A primeira delas denomina-se COPAN — Companhia de Produtos Alimentícios do Nordeste, que dedica-se à plantação de cajueiros e à criação de gado e carneiros.

As outras duas são a Fazenda Canhotinho, com seis mil hectares, especializada na criação de gado nelore e guzerá de raça pura, e a Fazenda Campolina, com três mil hectares de pastagens artificiais, utilizadas na recria e engorda de gado de corte.

Além do conjunto de 31 empresas, foi criada em 1958, a Fundação Dr. Antônio Dias Macêdo, entidade mantenedora de quatro escolas primárias, um mo-

derno ambulatório médico-dentário e três cozinhas industriais. Com sede em Fortaleza e sucursais em São Luis, Recife, Salvador, Feira de Santana, Rio de Janeiro, São Paulo e Londrina, a Fundação presta assistência aos funcionários das diversas empresas do Grupo.

Por outro lado, o controle estatal do ramo da industrialização do trigo, que continua sendo a base de sustentação do Grupo, determinou para a família Macêdo o ingresso na atividade político-partidária.

Segundo o próprio José Macêdo, a política entrou em sua vida por acidente:

"O candidato era meu irmão, Antônio, que morreu a poucos dias da eleição e a família então decidiu que deveria ser eu o substituto.

Candidatei-me a deputado federal, pelo PSD, pretendendo cumprir apenas aquele mandato de quatro anos, mas de 1958 a 1962, a situação do Brasil entrou numa transformação muito grande, pois já estavam naquela pré-revolução, então tive que continuar para poder manter o contato junto às altas esferas e ao movimento social que se processava.

Fui reeleito, pensando em apenas mais um mandato, porém em 1966, em plena vigência do regime revolucionário, surgiu uma notícia que não seria mais dada legenda a empresário. Então, eu quis pagar para ver se realmente iam negar a legenda, que me foi dada sem qualquer esforço, e quase todos os empresários cearenses na época deixaram a política, então fiquei com mais um mandato.

Em 1970, o Brasil já navegando em águas mais tranqüilas quanto à parte empresarial, já havia confiança e desejo de maior desenvolvimento do nosso grupo, achei por bem quase deixar a política, ficando apenas como suplente de senador, na chapa vitoriosa de Virgílio Távora, e em 1978, fui reeleito na chapa do senador José Lins de Albuquerque.

Embora suplente, freqüento o Congresso regularmente, tenho direito a voto como convencional e vejo esta atividade, como mais uma maneira de ajudar".

Outro aspecto relacionado à trajetória das Organizações J. Macêdo, em seus 40 anos de atividade, diz respeito a um processo de mudança ocorrido em seu modelo de administração.

BIBLIOTECA [illegible] BOEDECKER

A expansão dos negócios do Grupo determinou, a partir da década de 70, uma ampla profissionalização de seus quadros dirigentes, em detrimento de sua origem estritamente familiar.

Desse modo, cada empresa é administrada, hoje, de forma autônoma e por executivos profissionais, ficando a coordenação geral a cargo de J. Macêdo S.A. — Comércio, Administração e Participações, empresa holding do Grupo, que tem a função de agregar todas as outras.

B. GRUPO EDSON QUEIROZ

Filho de Genésio Queiroz e Cordélia Antunes Queiroz, nasceu Edson Queiroz no dia 12 de abril de 1925, no município de Cascavel, próximo a Fortaleza.

Iniciou suas atividades profissionais trabalhando com seu pai na firma Genésio Queiroz & Cia., que por muito tempo, manteve-se no mercado cearense como a única fornecedora de açúcar.

Em pouco tempo, Edson Queiroz tornou-se sócio do pai, e não tardou em ampliar as atividades da firma. Além de continuar monopolizando a distribuição do açúcar, vindo do Recife, passou a comprar automóveis americanos que chegavam ao Nordeste a preços baixos, para revendê-los no Sul do País, com abundantes margens de lucros.

No final dos anos 40, Edson Queiroz conheceu um coronel reformado da Força Aérea Americana, que voltara a Fortaleza depois de ali servir durante a Segunda Guerra, para implantar a distribuição do gás liquefeito de petróleo no Nordeste.

Apesar da firma do coronel americano não despontar como um grande negócio, por não contar com uma clientela significativa, em função das dificuldades encontradas para o recarregamento dos botijões, já que esta operação era realizada nos Estados Unidos e, portanto, dependia do tráfego irregular e moroso dos navios cargueiros, Edson Queiroz mostrou um certo interesse em comprá-la.

Em 1951, influenciado por seu amigo Ernesto Igel, fundador da Ultragás, a maior companhia brasileira do ramo, Edson Queiroz adquiriu a empresa do americano e criou sua própria firma, Edson Queiroz & Cia. Ltda., com um capital inicial de 1.500 contos.

As dificuldades com a recarga dos botijões continuaram, mas Edson foi tocando o negócio, reservando seu lugar no mercado, à espera da produção na-

cional de gás, pois estava para entrar em funcionamento a refinaria de Mataripe, na Bahia.

Segundo depoimento do próprio Edson, sem o gás nacional, sua empresa iria à falência:

"Parece até brincadeira, mas enquanto não chegava o tão esperado gás nacional, as dificuldades foram tantas, que por várias vezes me arrependi de ter comprado aquele negócio do americano. Mas, no dia que li nos jornais que ia começar a produção nacional de gás, senti que estava salvo".

Em 1953, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) publicou o edital com os quesitos de concorrência para compra do gás de Mataripe.

Segundo o edital, o gás seria vendido a um único comprador. E, se o vencedor da concorrência não pudesse retirar de Mataripe toda a produção prevista, cerca de 30 toneladas diárias, o gás seria queimado e o vencedor teria que pagar, assim mesmo, pelas 30 toneladas.

O consumo da firma de Edson não passava de 15 toneladas. "Fizemos um longo arrazoado, oito laudas de considerandos", conta Edson. "Dissemos até que éramos a única empresa nacional do setor, pois, na época, o Igel se associara à Esso. Não adiantou nada. Nem responderam à minha carta". (4)

A Heliogás, uma empresa de Milão, Itália, ganhou a concorrência. Edson, bastante preocupado, viajou para o Rio de Janeiro: "No Conselho, não ultrapassei as mesas das secretárias. Mas descobri que o representante da Heliogás estava hospedado no hotel Glória, e fui para lá". (5)

No hotel, Edson Queiroz propôs comprar parte do gás da Heliogás até que ela se instalasse definitivamente no Brasil. O italiano respondeu que não venderia uma só gota de seu gás, mas ofereceu a Edson a condição de representante exclusivo da Heliogás no Ceará.

Edson Queiroz deu a entender que achava a proposta tentadora e pediu ao representante da firma italiana que formalizasse o negócio para submeter à apreciação de seus sócios (que nunca existiram, obviamente).

Com o documento do italiano nas mãos, Edson Queiroz partiu para o Conselho Nacional do Petróleo: "Aproveitei um cochilo da secretária e entrei na sala. Os conselheiros estavam perplexos e eu gritava — sou um brasileiro que passou estes

anos todos esperando o gás do meu Brasil e agora chego aqui quase falido, enquanto vocês vendem esse gás para uma empresa estrangeira".

"Exibi o documento que comprovava a intenção do italiano de nomear-me representante da Heliogás no Ceará, é, naquela tarde, saí do Conselho Nacional do Petróleo com uma autorização para carregar meus botijões em Mataripe". (6)

Em 1957, a firma Edson Queiroz & Cia. Ltda. passou a denominar-se Ceará Gás Butano, e, posteriormente, Norte Gás Butano S. A.

A necessidade de transportar o gás de Mataripe para Fortaleza, levou Edson a formar uma nova empresa — a Edson Queiroz Navegação, que contou, durante alguns anos, com uma frota de cinco embarcações: Dakar, Ipanema, Gávea, Igel e Sumaré.

Conforme Edson Queiroz havia previsto, o negócio do gás tomou um impulso muito grande, a partir da inauguração da refinaria de Mataripe.

Em 1955, Edson Queiroz abriu uma filial em Belém, que posteriormente, se transformou numa sociedade anônima independente, sob a denominação de Companhia de Gás do Pará — PARAGÁS.

Tanto a Norte Gás Butano S. A., quanto a Companhia de Gás do Pará, além de controlar a distribuição do gás em suas respectivas áreas de atuação, dedicavam-se, também, à comercialização de eletrodomésticos.

Em 1959, Edson Queiroz instalou um terminal oceânico em Fortaleza, ao qual deu o nome de seu maior incentivador, Ernesto Igel.

A implantação deste terminal oceânico acabou com as dificuldades do recarregamento dos botijões de gás, tendo ocasionado, também, a desativação da empresa de navegação do Grupo Edson Queiroz.

Em 1963, sempre seguindo a orientação de Ernesto Igel, Edson Queiroz iniciou suas atividades industriais, montando duas empresas: a Tecnomecânica Norte S. A. — TECNORTE e a Estamparia e Esmaltação Nordeste S. A. — ESMALTEC.

A primeira dessas empresas atua na fabricação de botijões para depósito de gás, cilindros, tambores e tanques para derivados de petróleo e outros fins, como também, mini-silos para cereais. A segunda destina-se à produção de fogões a gás butano de utilidade doméstica e industrial e pias esmaltadas.

Em 1973, a subsidiária da Heliogás no Nordeste, a Brasilgás, passava por sérios apertos. Edson Queiroz comprou toda a empresa (consumidores, bens e instalações), por 100.000 dólares, numa transação que segundo o próprio Edson, foi a mais tranqüila que já realizou. "Só não paguei à vista porque não quis". Dessa forma ampliou seu domínio na distribuição de gás liquefeito de petróleo no Norte e Nordeste.

Atualmente, o Grupo Edson Queiroz é classificado, entre aqueles que atuam no setor, como sendo o grupo que cobre a maior área de distribuição de gás liquefeito de petróleo, no Brasil.

Por outro lado, para garantir o atendimento de cerca de 4.500.000 famílias, o Grupo Edson Queiroz possui a maior capacidade de armazenamento em tancagem do País.

Os terminais da Norte Gás Butano S. A. e da Companhia de Gás do Pará — PARAGÁS, estão localizados nas cidades de Belém, São Luis, Imperatriz, Teresina, Fortaleza, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Aracajú, Salvador, Juazeiro (BA), Rio de Janeiro e Vitória, contando no total com 217 tanques cilindros de 120 m^3 cada e três esferas de 1.200 m^3 cada.

Além dos investimentos realizados na atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo e na indústria metalúrgica ligada à sua principal matéria-prima, o gás, o Grupo Edson Queiroz diversificou sua atuação para os ramos da agropecuária e agroindústria, comunicações, mineração, distribuição de águas minerais, mercado imobiliário, setor de investimentos e educação.

No setor da agropecuária, o Grupo Edson Queiroz iniciou suas atividades em 1972, com a implantação da Butano Agropecuária Ltda. Atualmente, o Grupo ocupa cerca de 400 mil hectares de terra nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, com algo em torno de 40 mil cabeças de gado.

Além da Butano Agropecuária Ltda., fazem parte do setor agropecuário do Grupo Edson Queiroz, as seguintes empresas: Juá Agropecuária S. A., Serra Negra Agropecuária S. A., Teotônio Agropecuária Ltda. e Esperança Florestal Ltda.

No setor agroindustrial, o Grupo Edson Queiroz é representado por duas empresas, a Cascaju Agro-Industrial S. A. e a Entre Rios S. A. Agro-Industrial S.A.

A maior delas, a Cascaju Agro-Industrial S.A., foi fundada em 1972, com o objetivo de proceder o beneficiamento da castanha de caju. Hoje, esta empresa

processa, anualmente, dez milhões de quilos de castanhas, além de dedicar-se à industrialização do suco de caju.

No campo das comunicações, o Grupo Edson Queiroz começou em 1959, quando adquiriu a Rádio Verdes Mares AM, de Fortaleza. Hoje, entre emissoras de rádio e televisão e um jornal, são ao todo sete empresas do Grupo que atuam neste ramo de atividade:

A Televisão Verdes Mares Ltda., a S.A. Rádio Verdes Mares (AM e FM) e a Editora Verdes Mares Ltda., responsável pela edição do Jornal Diário do Nordeste, todas localizadas em Fortaleza; a Rádio Tamandaré S.A. e a FM Recife, em Recife; a Rádio Palmares, em Maceió; e a Rádio Tamoio, no Rio de Janeiro.

Em 1979, o Grupo Edson Queiroz iniciou suas atividades no mercado de águas minerais, ao comprar a Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda. Passados cinco anos de atuação no ramo, sempre comercializando a marca Indaiá, o Grupo Edson Queiroz já exerce uma liderança de vendas em 15 capitais brasileiras.

No mercado imobiliário, o Grupo Edson Queiroz fundou, em 1962, a Sociedade Butano Ltda., que dedica-se até hoje à administração, compra e venda de imóveis, projetos imobiliários e investimentos.

Em 1971, foi constituída a Fundação Edson Queiroz, entidade sem fins lucrativos, encarregada de fundar e manter a Universidade de Fortaleza — UNIFOR.

Em 1973, a Universidade de Fortaleza — UNIFOR iniciou suas atividades com 1.270 alunos, distribuídos em quatro centros: Centro de Ciências Humanas, Centro de Ciências da Natureza, Centro de Ciências Tecnológicas e Centro de Ciências da Saúde.

Atualmente, a Universidade de Fortaleza — UNIFOR funciona num campus de 138.951 m^2, com uma área coberta de 40.290 m^2, e conta com 11.343 alunos matriculados em seus 18 cursos.

Completam o quadro de empresas do Grupo Edson Queiroz, a Companhia de Investimentos do Pará e a Midol — Mineração Dolomita Ltda.

Edson Queiroz morreu, aos 57 anos, no dia 8 de junho de 1982, vítima de um desastre aéreo.

Atualmente o Grupo Edson Queiroz é administrado através de uma Holding — Queiroz Comércio e Participações S.A., tendo à frente de seu Conselho

Administrativo, a Sra. Yolanda Vidal Queiroz, esposa de Edson, e seus filhos, Airton José Vidal Queiroz e Edson Queiroz Filho.

C. GRUPO JEREISSATI

O fundador do Grupo Jereissati, Carlos Jereissati, nasceu em Fortaleza no dia 2 de dezembro de 1917. Era o primogênito do casal Aziz Kalil Jereissati e Maria Boutalla Jereissati.

Seu pai, um pequeno comerciante libanês, imigrou para o Brasil no início deste século, fixando-se em São Luis, onde deu continuidade à sua trajetória, trabalhando no comércio de variedades.

Ainda na capital maranhense, Aziz Kalil casou-se com a Sra. Maria Boutalla, cuja família, também atuava no comércio local.

Pouco tempo depois, Aziz Kalil transferiu-se para o Ceará, instalando em Fortaleza a firma Aziz K. Jereissati & Irmão, com o objetivo de ampliar seus negócios no setor de importação.

Na década de 1930, já sendo considerado um dos homens ricos de Fortaleza, graças à sua experiência e ao seu talento comercial, Aziz Kalil convidou seu filho, Carlos Jereissati, para trabalhar com ele. Desta sociedade, surgiu a empresa Carlos Jereissati & Companhia.

Embora muito jovem, Carlos Jereissati não teve dificuldades em dominar os negócios do pai, tornando-se em pouco tempo um homem conhecido e de prestígio na sociedade local.

A firma Carlos Jereissati & Companhia pode ser considerada o alicerce do atual Grupo Jereissati. Entretanto, achamos importante salientar que a consolidação econômico-financeira desta empresa, está diretamente ligada à influência política que desfrutava seu líder, Carlos Jereissati, que desde 1950, havia assumido a presidência do PTB cearense, partido então no poder.

O processo de substituição de importações, levado adiante pelo Governo Vargas, na década de 1950, impôs uma série de dificuldades para a concessão de licenças de importação de produtos que possuíssem similares de fabricação nacional.

Entretanto, para Carlos Jereissati, um getulista de primeira hora, esse tipo de restrição representou, antes de tudo, um incentivo para a expansão de seus negócios.

Enquanto a grande maioria dos importadores protestava contra a política de substituição das importações, Carlos Jereissati, ao defender os interesses políticos do chefe da Nação, conseguia com uma certa facilidade as licenças de importação que garantiram-lhe uma folgada margem de lucro.

Dessa maneira, Carlos Jereissati tornou-se em pouco tempo, o maior importador brasileiro de tecidos de linho, tropical, lã e casimira, em sua grande maioria provenientes da Inglaterra.

Como político, além de presidir o PTB, secção do Ceará, Carlos Jereissati elegeu-se por duas vezes consecutivas deputado federal, tendo exercido a primeira legislatura de 1954 a 1958, e a segunda de 1958 a 1962. No entanto, atingiu o auge de sua carreira política ao eleger-se senador da República na campanha de 1962, derrotando uma aliança formada pelo PSD e a UDN, partidos considerados até então imbatíveis no Ceará.

Na atividade empresarial, além do sucesso de sua importadora, o senador Carlos Jereissati montou a Companhia Imobiliária e Agropecuária Jereissati, em 16 de maio de 1947.

No ramo industrial, propriamente dito, Carlos Jereissati estreou na década de 1950, ao adquirir ações de uma tradicional empresa de Fortaleza, a Siqueira Gurgel Ltda.

Em 1959, projetou e iniciou a construção de um moinho destinado à industrialização do trigo. Esta empresa recebeu a denominação de Grande Moinho Cearense S.A. e entrou em funcionamento em maio de 1963, coincidentemente na mesma semana em que faleceu.

Com a morte do senador Carlos Jereissati, assumiu a presidência do Grupo a Sra. Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati, sua esposa. Assim, o processo sucessório do Grupo Jereissati não seguiu modelo adotado pela grande maioria das empresas familiares brasileiras, cuja característica fundamental é o filho, geralmente o primogênito, suceder o pai no comando da empresa.

Este desvio observado na sucessão do Grupo Jereissati, ocorreu devido à pouca idade dos herdeiros naturais, Carlos Francisco Ribeiro Jereissati e Tasso Ribeiro Jereissati, filhos do iniciador, que ainda eram estudantes e não estavam preparados para assumir o cargo.

Carlos Francisco tinha na ocasião 17 anos, e lembra que somente com a morte de seu pai iniciou suas atividades profissionais: "minha vida profissio-

nal começou realmente em 1963, quando meu pai morreu. Fui trabalhar no banco de um amigo meu, o Banco Operador, do Rio de Janeiro, onde morávamos. Lá eu comecei como funcionário de cobrança até chegar a gerente geral da matriz. Em 1966, já dominando as práticas bancárias, fui para São Paulo, para assumir a direção da La Fonte e fundar a Itatinga". (7)

Tasso Jereissati, com apenas 4 anos, continuou residindo no Rio de Janeiro até completar seus estudos, transferindo-se para Fortaleza somente em 1972, quando assumiu a superintendência do Grupo.

Como podemos perceber, a morte prematura de Carlos Jereissati, aos 46 anos, determinou uma cisão na estrutura de poder das empresas Jereissati. Atualmente Carlos Francisco Ribeiro Jereissati domina as empresas do Grupo localizadas no Sudeste e Sul do País, enquanto Tasso Ribeiro Jereissati coordena as empresas localizadas no Nordeste.

Entretanto, vale a pena ressaltar que essa divisão geográfica da direção das empresas Jereissati, não causou nenhum retardamento no processo de crescimento do Grupo como um todo, tendo em vista que o mesmo é considerado na atualidade um dos mais sólidos grupos econômicos genuinamente nordestinos.

Passados 22 anos da morte do senador Carlos Jereissati, o Grupo Jereissati, diversificou suas atividades empresariais, atuando nos seguintes setores: imobiliário, agropecuário, hoteleiro, mineração, metalúrgico, industrialização de alimentos, moagem de trigo, fabricação de refrigerantes e implantação e administração de shopping centers.

Como não poderia deixar de ser, a maioria das empresas do Grupo Jereissati concentra-se no Estado do Ceará, mais especificamente na Região Metropolitana de Fortaleza. Fazem parte do Grupo a Imobiliária Jereissati S.A., Grande Moinho Cearense S.A., Agropecuária Jereissati Ltda., a Empresa Hoteleira Savanah Ltda. e Esplanada Hotéis S.A., todas localizadas em Fortaleza.

Em 1980, o Grupo Jereissati inaugurou, no atual município de Maracanaú, a Frutop Produtora de Alimentos Ltda., que atua na indústria de beneficiamento de coco, sendo a primeira empresa da América Latina a produzir "leite de coco condensado".

A partir de 1982, foi implantada, no município cearense de Itapipoca, a Agropecuária Arvoredo S.A., com o objetivo de desenvolver o plantio de um tipo híbrido de coco trazido da Costa do Marfim, cuja produtividade é 150 por cento superior à do coco da Bahia, a variedade mais cultivada no Brasil.

Segundo a avaliação dos técnicos do Instituto Francês de Oleaginosas, que acompanham o projeto, a partir de 1985, a Agropecuária Arvoredo produzirá o suficiente para abastecer a Frutop Produtora de Alimentos S.A.

No dia 2 de setembro de 1983, o Grupo Jereissati entrou para a indústria de refrigerantes ao inaugurar a Refrescos Cearenses Ltda., com a finalidade de reorganizar, em todo o Estado do Ceará, a produção e a comercialização de Coca-Cola e Fanta.

Por volta de 1962, o Grupo Jereissati iniciou suas operações em São Paulo, quando o senador Carlos Jereissati adquiriu o controle acionário da Metalúrgica La Fonte S.A., hoje uma das mais importantes empresas do País na fabricação de fechaduras, dobradiças e cadeados.

Outro empreendimento paulista do Grupo Jereissati, inaugurado durante a década de 1960, foi a Itatinga — Sociedade Comercial, Industrial e Agrícola Ltda., que dedica-se basicamente à mineração de pedras.

No setor de implantação e administração de shopping centers, o Grupo Jereissati conta com a participação de quatro empresas: Shopping Centers Iguatemi Ltda., La Fonte Empresa de Shopping Center Ltda., Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda. e Jereissati Centros Comerciais Ltda.

Neste ramo de atividade, o Grupo Jereissati iniciou-se com a construção do Shopping Center Iguatemi de São Paulo, o primeiro estabelecimento comercial do gênero a funcionar no Brasil.

São ainda da responsabilidade do Grupo Jereissati, a construção e a administração dos Shopping Centers Iguatemi de Campinas e Fortaleza, além de ter uma participação acionária substanciosa, em torno de 36%, no Shopping Center Iguatemi de Porto Alegre.

Outro empreendimento pioneiro do Grupo Jereissati no setor, foi a implantação em associação com o Grupo Pão de Açúcar, do "Center Um", o primeiro hipermercado do Ceará.

D. GRUPO M. DIAS BRANCO

Manuel Dias Branco nasceu no dia 2 de junho de 1904, no distrito de Aveiro, em Portugal, sendo seus pais Francisco Dias Branco e Maria Augusta Nogueira Pinho.

Em Aveiro, o Sr. Francisco Dias Branco levava uma vida modesta, trabalhando como agricultor nas pequenas propriedades existentes nas redondezas.

Entretanto, desde muito jovem, Manuel Dias Branco procurou não seguir a trajetória natural de seus familiares, abandonando os campos de Aveiro, em troca de um emprego no comércio de Sintra, cidade localizada nas proximidades de Lisboa.

Das amizades conquistadas no movimentado comércio de Sintra, surgiram para Manuel Dias Branco as possibilidades de sua transferência para o Brasil.

De acordo com um depoimento de seu filho, Francisco Ivens de Sá Dias Branco, a imigração de Manuel Dias Branco para o Brasil, deveu-se à sua convicção de ser este País o lugar ideal para se trabalhar e prosperar:

"O nosso País é bastante auspicioso para aqueles que consideram o trabalho como o meio eficaz para a conquista das mais edificantes aspirações humanas".

Dessa forma, no dia 1º de julho de 1927, Manuel Dias Branco desembarcou em Belém, no Estado do Pará, onde começou a trabalhar numa loja de ferragens de propriedade de um patrício seu.

No ano seguinte, transferiu-se para o Estado do Ceará, trabalhando, inicialmente, na atividade de corretagem de peles, em Fortaleza.

Em seguida, acompanhado por José Pinho, um outro imigrante português, Manuel Dias Branco iniciou suas atividades no setor de panificação como empregado da Fábrica Aliança de propriedade do Sr. Antônio Neves Pimentel, também de origem portuguesa.

De acordo com o Sr. Antônio Neves Pimentel, sua ligação com José Pinho e Manuel Dias Branco ocorreu devido uma grande amizade existente entre as duas famílias:

"Meus pais como os de Manuel eram agricultores e trabalharam juntos em Aveiro. Além desse laço de amizade, era muito comum na época, o imigrante já estabelecido receber e ajudar seus compatriotas recém-chegados.

Desse modo, logo que se apresentaram, José Pinho e Manuel Dias Branco começaram a trabalhar comigo, na padaria. José Pinho era muito tímido, limitando-se quase sempre, a dar conta das tarefas, cumprindo as ordens recebidas; Manuel, ao contrário, era mais 'atirado', audacioso, não parava de envolver-me com suas idéias,

além de sempre exprimir sua vontade de estabelecer-se por conta própria".

Antes de completar um ano trabalhando com o Sr. Pimentel, Manuel Dias Branco e José Pinho, incentivados por um sócio da própria Fábrica Aliança, transferiram-se para a cidade de Cedro, no interior do Ceará, onde conseguiram montar uma padaria.

No município de Cedro, Manuel Dias Branco permaneceu cerca de dez anos. Durante esse período, casou-se com a Sra. Maria Soares de Sá Vidal e nasceram seus seis filhos.

Ao retornar a Fortaleza, Manuel Dias Branco liquidou a sociedade com José Pinho e adquiriu a Padaria Imperial, que funcionava na rua Visconde do Rio Branco.

Da Padaria Imperial mudou-se para uma outra panificadora, localizada na rua João Cordeiro, a partir da qual se formaria a maior empresa do atual Grupo M. Dias Branco, a Fábrica Fortaleza.

Em meados da década de 1970, Manuel Dias Branco retornou para sua terra natal, deixando no comando de M. Dias Branco Administração e Participações Ltda., a empresa Holding do Grupo, seu filho, Francisco Ivens de Sá Dias Branco, que desde 1953, quando tinha apenas 19 anos, iniciara seu trabalho junto à Fábrica Fortaleza.

Atualmente, o Grupo M. Dias Branco compreende um conjunto de dez empresas, incluindo entre suas atividades a produção de alimentos, a agricultura, a pecuária, a construção civil, incorporação imobiliária, serviços de automotores e o turismo.

O setor da indústria de alimentos, mais especificamente a fabricação de massas e biscoitos, constitui a base dos investimentos do Grupo M. Dias Branco.

Neste setor o Grupo conta com a participação de quatro empresas, que distribuem seus produtos por todo o Nordeste, sendo a maior delas a antiga panificadora de Manuel Dias Branco que a partir de 1951, passou a denominar-se M. Dias Branco S/A — Comércio e Indústria (Fábrica Fortaleza).

As demais empresas do Grupo ligadas ao setor de massas e biscoitos são a Finopan Industrial Ltda., especializada na fabricação de pães embalados; a Idibra Produtos Alimentícios do Maranhão S.A.; e a Idibra Produtos Alimentícios de Natal Ltda.

A 16 de dezembro de 1967, foi instalada uma nova empresa filiada ao Grupo M. Dias Branco, a Ranco Embalagens S.A., com a finalidade de produzir embalagens industriais de celofane e papel, em sua maioria destinadas ao consumo da Fábrica Fortaleza.

Entretanto, esta tentativa de verticalização não foi muito interessante para as pretensões do Grupo, que alguns anos mais tarde decidiu vender a empresa.

Em 1968, o Grupo M. Dias Branco inaugurou a firma Indústrias Glacê S.A., destinada à fabricação de caramelos e balas duras.

Embora os produtos Glacê tenham conquistado a preferência do público consumidor, o empreendimento não pareceu economicamente viável para os dirigentes do Grupo, que resolveram desativá-lo no início dos anos 80.

Nos setores da agricultura e pecuária, o Grupo M. Dias Branco mantém um importante projeto agropecuário, através da empresa Empreendimentos Vale do Gurguéia S.A.

Em função do crescimento urbano de Fortaleza, o Grupo M. Dias Branco abriu novas perspectivas de investimentos nos setores da construção civil e do comércio imobiliário. Hoje, três empresas ligadas ao Grupo atuam nestes setores: a Idibra Incorporadora Ltda., a Imobiliária Cidade Nova Ltda. e a Imobiliária Dias Branco Ltda.

Em 1979, integrando-se ao esforço governamental em promover o desenvolvimento do artesanato regional, o Grupo M. Dias Branco inaugurou o edifício "Panorama Artesanal", no qual foi instalado um grande centro comercial de artesanato.

Completa o conjunto de empresas filiadas ao Grupo M. Dias Branco, a Serviços Automotores Ltda., que foi criada com o objetivo básico de prestar serviços de manutenção da frota de veículos que executa a distribuição de massas e biscoitos da Fábrica Fortaleza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) SEMINÁRIO "Prioridades para Transformação da Sociedade Cearense" — Documento Final. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará e Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional — CETREDE, 1983. p. 4.

(2) CARVALHO, José Otomar de. A Sociedade Cearense: Mudanças Necessárias e Transformações Possíveis. Trabalho apresentado no seminário "Prioridades para Transformação da Sociedade Cearense", mimeografado. Fortaleza, 1983. p. 20.

(3) Revista Exame. São Paulo, OUT. 1974.

(4) Revista Exame. São Paulo, OUT. 1974.

(5) Revista Exame. São Paulo, OUT. 1974.

(6) Revista Exame. São Paulo, OUT. 1974.

(7) Revista Senhor. São Paulo, 11.5.83.

SEGUNDA PARTE

ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CLASSE INDUSTRIAL CEARENSE

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A organização da burguesia industrial brasileira em torno de entidades representativas da classe, pode ser analisada em três etapas distintas, se definirmos como critério as formas de demanda dessa classe emergente e o tipo de controle exercido pelo Estado sobre a mesma. Com este propósito, demarcamos os seguintes períodos:

1. De 1880, marco inicial do primeiro surto de industrialização do Brasil, segundo Roberto Simonsen, até a Revolução de 1930;

2. Da Revolução de 1930 até a decretação do Estado Novo, em 1937; e

3. O período do Estado Novo, 1937 a 1945.

Acreditamos que com o Estado Novo, o processo de formação e regulamentação dos órgãos representativos do empresariado industrial nacional, tenha completado um ciclo cujas características essenciais permanecem até os dias de hoje.

Se por um lado, observamos que o poder dos industriais, enquanto classe integrante da sociedade civil brasileira, evoluiu, ampliando-se a cada ano, principalmente durante o período Kubitschek, cuja ideologia definia a "industrialização" como sendo sinônimo de "desenvolvimento", por outro lado, observamos que as formas de representatividade dos industriais não sofreram mudanças substanciais no período pós Estado Novo. Em outras palavras, queremos dizer que o crescimento da indústria nacional, acelerado a partir da década de 50, proporcionou à burguesia industrial uma maior participação na discussão das questões econômicas, sem no entanto, permitir que a classe evoluísse com a mesma desenvoltura em suas posições referentes às questões sociais e políticas do País, haja vista, que seus próprios organismos classistas continuaram atrelados ao Estado, nos mesmos moldes estabelecidos à época do Estado Novo de Vargas. Daí, a razão de termos definido a última etapa do processo de formação das entidades representativas da classe industrial, como sendo o período correspondente ao Estado Novo.

A. 1880 A 1930

A primeira etapa de formação do comportamento associativo dos industriais, caracterize-se, fundamentalmente, pelo movimento de seus represen-

tantes na tentativa de obter da política fiscal do Governo, uma certa proteção aos produtos fabricados internamente. Outro motivo relevante que incentivou a organização dos industriais no início do século, foi a força do operariado que, por volta de 1920, já contava com 368 entidades em atividade no País.

Quase sempre, os estudos definem a questão do protecionismo brasileiro como sendo um instrumento de conciliação dos interesses antagônicos da burguesia industrial em relação aos do comércio importador e da burguesia agro-exportadora. Na verdade, essa tendência parece-nos errônea, na medida que analisamos as origens da própria burguesia industrial.

A base social da indústria brasileira é representada por um grupo de imigrantes europeus, que ao chegarem ao Brasil já possuíam algum capital para investir.

Os "burgueses imigrantes", como os denominou Warren Dean (1), antes de se voltarem para as atividades industriais, enriqueceram no grande comércio importador e exportador, contando para isso, com a colaboração dos compatriotas que além de facilitarem-lhes as transações, forneciam-lhes crédito através dos bancos estabelecidos em seus países de origem.

Francisco Matarazzo é o melhor exemplo do imigrante que ao chegar ao Brasil, montou um estabelecimento comercial, especializando-se inicialmente em banha de porco, e que tempos depois, despontou como o maior e mais bem sucedido empresário industrial do País.

Outro componente significativo da burguesia industrial corresponde a alguns elementos da burguesia cafeeira. Entre muitos exemplos, podemos destacar Antônio da Silva Prado como o modelo do fazendeiro-empresário.

Assim, em qualquer análise que se faça sobre o aparente antagonismo de interesses desses grupos, é necessário levar em consideração a quase impossibilidade de polarizar as forças conflitantes.

Outro aspecto interessante que merece atenção, refere-se à transformação que sofreu a economia brasileira, na década de 1880 a 1890, ao dar início à utilização do trabalho assalariado, pondo fim ao ciclo das formas primitivas da acumulação à base da mão-de-obra escrava, característica da economia colonial (2).

A abolição da escravatura, entre outras conseqüências que fogem aos interesses desta análise, abriu novas perspectivas para as atividades urbano-industriais. Dessa forma, acreditamos que este fato tenha estimulado os setores da burguesia agro-

exportadora e do comércio importador, a investir seus excedentes na indústria nascente.

Foi neste contexto que surgiram as primeiras entidades representativas dos industriais. A primeira delas foi criada em 1881, num momento de crise dos fabricantes de chapéus do Rio de Janeiro.

O movimento desencadeado pela indústria de chapéus, a partir de 1871-1874, ocorreu devido a concorrência dos chapéus de lã fabricados na Alemanha, onde novas tecnologias faziam-nos tão perfeitos a ponto de se confundirem com os nacionais feitos de pelo de lebre, cujo custo era bastante superior. Ameaçados de perder o mercado, por causa dessa concorrência desleal, os chapeleiros apelaram para a Associação Comercial e para uma comissão nomeada por Rio Branco para rever a tarifa alfandegária.

Não atingindo seu objetivo nesta primeira investida, os fabricantes de chapéus dirigiram-se à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que embora possuísse tal denominação, ocupava-se principalmente com o aperfeiçoamento técnico da agricultura. Para resolver a questão, José Pereira Rêgo Filho apresentou um requerimento solicitando os pareceres das seções de agricultura, de indústria fabril e de comércio, a respeito da proteção alfandegária. Os pareceres da seção de indústria e o da de comércio evidenciaram os conflitos dos interesses em jogo.

Posto em votação na Sociedade Auxiliadora, o parecer da seção de indústria cujo relator fora Paulo Freitas, saiu vitorioso, resolvendo-se enviar ao Governo uma representação assinada pela própria Sociedade, apelando-o a promover o desenvolvimento industrial e amparar as fábricas já existentes, por meio de uma tarifa adequada. Porém, essa representação não mereceu a menor atenção por parte dos poderes públicos.

Em 1879, as necessidades fiscais do Governo impuseram uma elevação geral dos direitos tarifários e, dentro desse critério, uma certa proteção foi concedida às indústrias e os fabricantes de chapéus tiveram suas reivindicações atendidas com a elevação dos direitos sobre os chapéus de feltro estrangeiros.

Em função das próprias características mencionadas anteriormente, os industriais brasileiros mostravam-se perdidos quando das discussões de questões gerais, que envolvessem a atividade industrial como um todo. Em outros termos, podemos afirmar que àquela época, e, de certa forma por todo o período em estudo, os industriais não possuíam, ainda, uma consciência de classe, ou melhor dizendo, não haviam formado uma ideologia industrialista que fosse capaz de homogeneizar seus interesses setoriais, em prol do desenvolvimento global da atividade industrial.

Daí, ser muito comum entre os industriais transformar questões relevantes, como foi o caso da luta pelo protecionismo aduaneiro, em problemas de menor importância onde interesses individuais aparecem em primeiro plano em detrimento do projeto global de industrialização do País. Assim, muitas das disputas realizadas com o objetivo de resguardar o mercado para a produção nacional, resultaram em cisões no seio da própria "classe" reivindicante.

As próprias discussões surgidas a partir da decretação da tarifa de 1879, colocaram em evidência esse caráter amorfo da burguesia industrial: as fábricas de fiação passaram a exigir altas tarifas para o fio, enquanto as de tecelagem reclamavam sua redução. Outros ataques foram feitos à companhia de luz elétrica, fabricante de velas estearinas, sob a acusação de ser incapaz de produzir a quantidade de velas necessárias para o consumo do Rio de Janeiro, e que por isso, não merecia ser beneficiada por medidas protecionistas.

Enquanto os industriais ocupavam-se nesses pequenos debates intersetoriais, as outras forças da economia nacional, os comerciantes principalmente, movimentavam-se para obter a anulação da pauta de 1879. Diante dessa ameaça, que culminou com a nomeação de uma nova comissão para rever a tarifa alfandegária, em meados de 1880, os industriais resolveram reunir-se.

Contando com a orientação do Comendador Malvino da Silva Reis, a burguesia industrial criou a primeira entidade voltada exclusivamente para a defesa de seus interesses. Em 1881, a Associação Industrial elegeu Antônio Felício dos Santos seu primeiro presidente. (3)

Não obstante as características apontadas acima, notou-se, a partir da criação da Associação Industrial, um esforço de seus representantes em canalizar as questões da indústria para o âmbito de suas entidades representativas. Já em 1904, foi fundado o Centro Industrial do Brasil com o objetivo de congregar e defender a indústria em todo o território nacional.

Apesar dessas primeiras tentativas de criar no empresariado uma consciência voltada para o associativismo, a falta de experiência e a quase inexistência de renovação de seus quadros dirigentes dificultaram o desempenho das entidades industriais, enquanto órgãos defensores dos interesses da classe.

Somente com o crescimento do movimento operário, que resultou na deflagração da greve geral de 1919, tendo à frente os ideais anarquistas e anarcosindicalistas dos imigrantes europeus, as lideranças empresariais repensaram a necessidade de desencadear uma campanha em prol do fortalecimento de suas representações para pressionar os operários em greve, cuja organização em entidades de classe era bem superior.

Assim, em 1919, os industriais contavam com as seguintes entidades: "Centro Industrial Cearense, em Fortaleza; Centro Industrial do Brasil, Associação dos Engenheiros e Industriais, Associação da Classe dos Ourives Fabricantes do Rio, Associação dos Cervejeiros de Alta Fermentação, Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Centro dos Comerciantes e Industriais em Materiais de Construção, Centro da Indústria de Calçados e Comércio de Couros, Centro dos Industriais em Marcenaria e Sociedade União dos Laticínios de Minas e do Rio de Janeiro, no Distrito Federal; Centro Industrial, em Belém do Pará; Centro dos Industriais de Herva Mate e Centro dos Industriais de Madeiras, em Curitiba; Sociedade Beneficente dos Proprietários de Padaria, em Recife; Associação dos Proprietários de Padaria, em Santos; União dos Proprietários de Padaria, em São Paulo; e Centro Industrial do Algodão, em Salvador". (4)

Embora o período 1880-1930 tenha sido marcado preponderantemente por um comportamento empresarial voltado para soluções imediatistas e pela conseqüente ausência de planos globais de longo prazo, alguns avanços foram observados na estruturação das entidades existentes.

A análise da estrutura organizacional do Centro Industrial do Brasil, por exemplo, demonstra um ordenamento funcional da entidade no sentido de torná-la capaz de resolver tanto os impasses de uma unidade fabril, como as questões mais amplas que comprometessem a indústria como um todo.

Tal estrutura consistia na divisão em vários setores industriais, mais ou menos autônomos entre si. Cada setor determinava seu diretor de classe para disputar os cargos na Diretoria Geral do Centro, que era composta de um Presidente, dois Vice-Presidentes, dois Secretários e um Tesoureiro.

Entendemos que este tipo de estrutura visava agilizar o fluxo de informações entre uma indústria particular e a Direção Geral da entidade, amenizando dessa forma, não somente os conflitos inter-setoriais, mas também, os conflitos intra-setoriais, e principalmente, despertar em seus associados a importância do papel da instituição no processo de industrialização do País.

B. 1930 A 1937

Vários autores já questionaram o significado histórico da Revolução de 1930. Para uns, a Revolução não passou de um movimento conservador, voltado apenas para o reordenamento da estrutura de poder vigente, e que por este motivo, não causou nenhum rompimento radical com o passado. Outros classificam-na como detentora de um caráter renovador e progressista, assimilando o movimento como o ponto de inflexão entre a Primeira e a Segunda Repúblicas.

Para Eli Diniz, "a Revolução de 30 não afetou de forma substancial a estrutura de dominação, como também não atingiu certas prerrogativas básicas das elites tradicionais. Porém, continua a autora, esta constatação não autoriza considerar conservador o saído do processo revolucionário, descaracterizando o real significado das inovações postas em prática pela coalizão dominante, composta pelos tenentes, setores descontentes das oligarquias regionais e seus representantes políticos e setores médios urbanos". (5)

Para os interesses específicos deste trabalho, a importância maior do movimento que impediu a posse de Júlio Prestes na Presidência da República, decorreu do deslocamento da política econômico-financeira do País, que deixou de ser dominada pela oligarquia agro-exportadora e passou a orientar-se por um novo padrão, comprometido com o crescimento urbano-industrial.

Baseados nesse novo perfil econômico-financeiro e nas inovações daí decorrentes, justificamos o movimento revolucionário de 1930 como o marco inicial da segunda etapa do processo de formação e consolidação das entidades representativas da indústria nacional.

Com o propósito de facilitar a discussão das mudanças ocorridas na conduta do empresariado brasileiro durante o período 1930 — 1937, resolvemos dividir nossa análise em dois aspectos fundamentais.

O primeiro deles, refere-se ao processo de sindicalização das associações patronais promovido pelo Governo pós-revolucionário de Vargas. O segundo, relaciona-se com o início da participação política da indústria, tendo à frente suas entidades representativas.

Dentro dos planos de sindicalização, tanto da classe trabalhadora quanto das classes patronais, levados adiante pelo Governo empossado com a vitória da Revolução, a primeira medida de vulto foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo à frente um companheiro da confiança de Getúlio Vargas, Lindolfo Collor.

O principal objetivo da nova pasta era trazer para o interior do aparelho estatal as questões referentes ao empresariado industrial e comercial, até então entregues à pasta da Agricultura, e as reivindicações dos trabalhadores, que antes de 1930, jamais possuíram representatividade oficial. Essa medida deixou clara, também,

a intenção do Governo de organizar a sociedade brasileira em classes, através de uma regulamentação própria.

Assim, já em 19 de março de 1931, foi baixado um decreto obrigando a sindicalização das classes ou categorias, patronais e operárias. Segundo esse decreto, no que se refere ao setor industrial, todas as reivindicações de uma indústria particular só seriam oficialmente reconhecidas se houvesse filiação sindical.

Embora esse novo tipo de organização, atrelado ao Estado, tenha sido imposto ao empresariado, os industriais não tardaram em acatar os atos do novo Governo, por acharem que as entidades existentes antes do movimento revolucionário não sofreriam maiores alterações em suas estruturas internas e que as modificações implantadas representariam apenas um novo estágio das formas de exercer seu poder de pressão, bem como de encaminhar suas reivindicações.

Sem dúvida, de início a legislação sindical das classes industriais continuou centrada na organização por setor, além de determinar que com a reunião de no mínimo três sindicatos poder-se-iam formar as Federações Estaduais, princípios que não contrariavam as aspirações do empresariado. A nível nacional, os industriais poderiam se organizar através da Confederação Nacional da Indústria, que supunha a existência de pelo menos três Federações Regionais reunidas.

Nesse contexto, paulatinamente os industriais foram transformando suas antigas entidades de caráter civil em entidades oficialmente reconhecidas: "o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de Algodão transformou-se no Sindicato dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo passou a se constituir no Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis de São Paulo, o Centro Industrial do Brasil transformou-se em Federação Industrial do Rio de Janeiro, o Centro dos Industriais de São Paulo transformou-se em Federação das Indústrias do Estado de São Paulo". (6)

Embora a formação das Federações do Rio de Janeiro e de São Paulo tenha ocorrido rapidamente, nos outros Estados o processo foi bem mais lento e difícil. Isto determinou que a criação da Confederação Nacional da Indústria ocorresse somente em 1938, com a congregação das Federações de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Estruturadas as entidades, conforme o modelo estabelecido, os industriais passaram pelas primeiras dificuldades na relação com a nova composição de forças que assumiu o poder. Podemos afirmar que os primeiros desentendimentos decorreram das próprias características do Governo recém-empossado, cuja base se formara nos moldes de uma ampla aliança liberal.

Em outros termos, Eli Diniz (7) declara que "as forças que comandaram a Revolução de 30, formavam um espectro de ideologias variadas, cujo único ponto de união era o combate à rigidez e à falta de maleabilidade da estrutura de poder vigente.

Essa fragilidade ideológica do movimento de 30, determinou um Governo comprometido com o ajustamento dos grupos no poder, no caso, os setores tradicionais, formados por elementos dissidentes da oligarquia e os setores emergentes, como os empresários e a classe média urbana. Daí, resultou um estado de compromisso, como alternativa encontrada para reformulação da estrutura do poder, dada a incapacidade de qualquer dos grupos em confronto assumir a hegemonia do processo político".

Inseridos nessa miscelânia ideológica, os primeiros anos do Governo Vargas foram de certa forma duros para a classe dos industriais. Na tentativa de cumprir algumas promessas feitas aos trabalhadores, a aliança liberal criou um clima de insatisfação nas classes patronais, identificadas, até então, como conservadoras e reacionárias nos tratos das questões trabalhistas.

Entretanto, a habilidade de Vargas conseguiu amenizar as forças conflitantes, tendo o cuidado de ao fazer concessões aos operários, revelar, também, alguns favores às classes patronais.

Assim, a ação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seguindo a orientação do Governo, limitava-se a manter a ordem social existente fazendo concessões aos trabalhadores para que estes, em troca, se abstivessem de atividades políticas.

Dentre outros, podemos citar um decreto baixado pelo Ministério, obrigando os empregadores a exibirem provas de que pelo menos dois terços de sua força de trabalho eram constituídos de brasileiros natos. A forma como foi apresentado esse decreto, deu margem para uma interpretação diferente por cada uma das partes envolvidas: para o proletariado, significou uma proteção da mão-de-obra nacional na luta contra o desemprego. Para os empregadores, o decreto restringiu a entrada de operários estrangeiros no País, quase sempre politizados, e portanto, identificados como "'protagonistas" da desordem econômica e da insegurança social. (8)

Podemos citar ainda, como medidas pró-trabalhadores, a revisão da lei de férias, a regulamentação da jornada de trabalho para oito horas e a regulamentação do trabalho da mulher e do menor. Em contrapartida, para diminuir a tensão da burguesia, os sindicatos industriais adquiriram maior prestígio, sendo-lhes facultada

uma participação direta em comissões oficiais, como o Conselho dos Contribuintes e o Conselho Consultivo Econômico do Estado de São Paulo, criados pelo novo Governo. Jorge Street, um dos líderes da indústria paulista, por exemplo, foi convidado por Lindolfo Collor para dirigir o Departamento da Indústria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Analisando os acontecimentos do período 1930 – 1937, torna-se clara a crescente participação dos empresários nas decisões tomadas pelo Estado. Porém, é importante ressaltar que o Estado continuou ditando as estratégias da expansão do capitalismo industrial no País, e conseqüentemente, que a classe industrial foi incapaz de assumir a liderança do processo de industrialização, afirmando-se como uma categoria subserviente ao Estado.

Nesse sentido, o estudo de Eli Diniz (9) é bastante objetivo: "se (no período) a burguesia não deteve a hegemonia do processo de instauração de uma nova ordem econômica e social, foi um ator estratégico do esquema de alianças que permitiria a consolidação e o amadurecimento do novo regime. Sua participação seria particularmente significativa no que diz respeito ao processo de definição de um projeto econômico voltado para a industrialização do País e de conscientização crescente do esgotamento do modelo primário-exportador nos moldes até então vigentes, vale dizer, calcado exclusivamente nas atividades primárias de exportação".

C. 1937 A 1945

Através de um Golpe de Estado em 10 de novembro de 1937, instalou-se no Brasil um período ditatorial que ficou conhecido como "Estado Novo".

Entre as causas que levaram Getúlio Vargas a fechar o Congresso Nacional e suspender a representatividade dos Estados e Municípios, podemos destacar o crescimento da esquerda brasileira, representada principalmente pela Aliança Nacional Libertadora, as rebeliões comunistas de Natal, Recife e Rio de Janeiro, em novembro de 1935 e, como pretexto final, os "rumores" de que estaria sendo elaborado no exterior um certo "Plano Cohen" com o objetivo de implantar o comunismo no Brasil.

A burguesia industrial não tardou em aceitar e apoiar o novo regime; razões não lhe faltaram para tomar tal posicionamento:

Em primeiro lugar, o Golpe de 1937 foi essencialmente político. Como os industriais brasileiros, quase sempre se mostravam indiferentes diante das questões políticas, demonstrando um maior interesse pelas discussões de cunho econômico, podemos concluir que dificilmente deixariam de apoiar qualquer regime por razões puramente políticas, mesmo sabendo que participavam do processo através

da representatividade do Partido Economista, fundado em 1932.

Em segundo lugar, a ditadura de Vargas determinou o fim da política de proteção ao trabalho, iniciada logo após a Revolução de 1930, abrindo espaço para uma das mais violentas campanhas de répressão do movimento operário já ocorrida em nossa história.

Esta brusca mudança na "legislação social", definiu uma nova relação entre o empresariado e o Estado.

A burguesia industrial que sempre criticou as leis trabalhistas da Revolução de 1930, passou a defender as novas medidas de controle da classe operária, definindo o Estado Novo como sendo o regime da "paz social", que criou condições de estabilidade para a produção e permitiu melhores ligações entre empregadores e empregados. (10)

Por último, como se já não tivessem razões de sobra para apoiar o novo regime, os industriais reconheceram nas modificações da política econômica, um saldo positivo para o desenvolvimento do processo de industrialização nacional.

Na verdade, a nova política econômica do Governo caracterizou-se basicamente por seu cunho nacionalista e por dar prioridade às atividades urbano-industriais.

O único ponto previsto na ordem econômica planejada pelo Estado Novo, que poderia contrariar os interesses dos industriais, se resumia na possibilidade do Estado intervir na atividade empresarial privada.

Entretanto, a burguesia industrial aceitou este fato com uma certa naturalidade, por entender que caberia ao Estado o papel de coordenar a atividade econômica como um todo e por confiar que o Estado somente interferiria diretamente na "livre iniciativa" para suprir as deficiências de alguns setores mal administrados.

Por outro lado, durante o Estado Novo ampliaram-se ainda mais, os canais de representação da indústria na burocracia estatal, através da criação de novos conselhos, grupos e comissões oficiais, que geralmente eram coordenados por industriais convidados pelo poder central.

A análise do comportamento dos industriais brasileiros, no período 1880 – 1945, demonstra uma tendência da burguesia em considerar as funções políticas e sociais como simples reflexo das funções econômicas.

Sem dúvida, pelos fatos descritos até aqui, percebemos que a preocupação básica dos industriais restringia-se ao âmbito de suas fábricas, tendo em vista resguardar a produção. Em conseqüência, entendiam que as formas ou os meios pelos quais se estabeleceriam a "ordem social" e a "tranqüilidade política", pontos decisivos para o desenvolvimento da produção, era uma questão exclusiva do Estado.

Essa falta de sensibilidade frente aos problemas de caráter político-social, deve-se à inexistência de um corpo de idéias capaz de conduzir a burguesia industrial à formulação de projetos mais amplos, e portanto, menos oportunistas ou imediatistas. Daí, a causa fundamental de quase sempre, a burguesia ter aprovado o poder vigente, independentemente do regime ou modelo político-social que adotasse.

Embora tenha prevalecido um clima de cooperação entre os industriais e os artífices do Estado Novo, algumas medidas da ditadura receberam severas críticas por parte da burguesia.

A maior polêmica ocorreu em função de uma iniciativa do Estado que previa uma modificação geral da estrutura de organização das entidades patronais. Das alterações propostas pelo Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Oliveira Viana, podemos destacar: (11)

1. As entidades representativas da classe industrial deveriam organizar-se por ramos de atividade, numa estrutura vertical, inspirada no corporativismo italiano;

2. Somente teriam o reconhecimento do Estado, os sindicatos que contassem com pelo menos um terço de representatividade do setor;

3. Os sindicatos setoriais se congregariam para formar a Confederação Nacional da Indústria;

4. Aos sindicatos competiria tratar apenas de questões administrativas e trabalhistas. Os problemas econômicos seriam de competência exclusiva da Confederação Nacional; e

5. Não seria permitida a reeleição dos quadros dirigentes nos sindicatos.

Além dessa mudança radical da estrutura de organização dos sindicatos patronais, o Estado Novo, através do Decreto 1.403, de 5 de julho de 1939, eliminou a representatividade de todas as associações de caráter civil.

O protesto dos industriais foi imediato. Na verdade, estas celeumas en-

volvendo modelos de organização para as entidades industriais surgiram desde 1930, com a sindicalização institucionalizada pela Revolução. Os industriais simplesmente aceitaram aquela modificação, mas jamais concordaram plenamente com a medida, a ponto de manter, por todo o período pós-revolucionário, uma estrutura paralela de caráter civil, que embora não estivesse habilitada para resolver algumas questões específicas frente ao Estado, recebia todo o apoio da classe.

Para condenar a proposta de Oliveira Viana, a burguesia industrial designou o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Euvaldo Lodi, como seu porta-voz.

Os argumentos de Euvaldo Lodi basearam-se no pragmatismo que sempre acompanhou as posições tomadas pelos industriais brasileiros. Entre os pontos levantados no debate, achamos interessante ressaltar os seguintes: (12)

1. O corporativismo italiano não se adequava à realidade brasileira, em virtude da imensa extensão territorial do Brasil e da conseqüente diversidade regional. Os industriais acreditavam, por exemplo, que os problemas de diferentes atividades no Rio Grande do Sul assemelhavam-se muito mais do que os problemas de uma mesma atividade industrial no Rio Grande do Sul e em Pernambuco.

2. Outro aspecto considerado, referiu-se à complexidade do novo sistema. Para os industriais, apesar da estrutura classista existente ser muito menos complexa, a experiência demonstrara uma série de dificuldades para formação das Federações Estaduais, que resultou num número muito pequeno de entidades desse nível em funcionamento até então. Com a efetivação do corporativismo, estavam certos de que seria impossível organizar qualquer sindicato para representar nacionalmente um setor específico, conforme exigia a nova regulamentação.

Por outro lado, a burguesia repudiou a intenção da proposta de Oliveira Viana, de limitar as funções dos sindicatos ao âmbito das questões administrativas e trabalhistas. Euvaldo Lodi chegou a afirmar que a retirada das funções econômicas dos sindicatos, seria o mesmo que esvaziá-los de sentido.

3. Com relação à proibição da reeleição das diretorias sindicais, a indústria classificou a medida como absurda para ser aplicada num país com as características do Brasil. Sob o argumento de que predominavam na cúpula dos 60.000 estabelecimentos industriais existentes, dirigentes de origem estrangeira, não naturalizados, e outros tantos, de origem humilde, vindos das classes trabalhadoras, Euvaldo Lodi concluiu que seria muito difícil encontrar um número significativo de industriais que reunisse as condições necessárias, como nível econômico e cultural adequados e disponibilidade de tempo, para dirigir os sindicatos. Estes motivos tor-

nariam impraticável uma rotatividade constante nas diretorias dessas entidades, como desejava o Estado.

Todavia, os protestos mais contundentes ocorreram em torno do Decreto 1.403. Nesta ocasião, uniram-se as Associações Comerciais e Industriais de todo o País e, demonstrando uma certa unanimidade de pensamento, assinaram um documento dirigido à Presidência da República, repudiando a medida e pedindo o reconhecimento das Associações Civis. (13)

Mesmo se tratando de um Governo autoritário, o resultado das fortes pressões exercidas pelo patronato foi favorável às aspirações da classe. Não somente o Decreto 1.403, mas também, as medidas que visavam uma reestruturação completa das entidades de classe, acabaram não tendo nenhuma efetivação prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo – Rio de Janeiro, Difusão Editorial S. A. p. 57-74.

(2) SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 80

(3) LUZ, Nícia Vilela. A Luta Pela Industrialização do Brasil. p. 51-57.

(4) LEME, Marisa Saenz. A Ideologia dos Industriais Brasileiros. p. 10.

(5) DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 49.

(6) LEME, M. S. I. I. B. p. 19.

(7) DINIZ, E. E. E. C. B. p. 47-48.

(8) DEAN, W. I. S. P. p. 200.

(9) DINIZ, E. E. E. C. B. p. 95.

(10) LEME, M. S. I. I. B. p. 157.

(11) LEME, M. S. I. I. B. p. 23.

(12) LEME, M. S. I. I. B. p. 24.

(13) LEME, M. S. I. I. B. p. 25.

CAPÍTULO VI

AS ASSOCIAÇÕES

Inúmeros autores já se ocuparam em pesquisar o processo de formação da indústria cearense, e suas perspectivas no contexto global da economia do Estado.

A maioria destes autores, no entanto, se empenharam em centralizar suas análises na discussão dos programas de governo, em níveis estadual e federal, ou na atuação isolada de uns poucos grandes empresários que operam em nosso Estado, deixando quase sempre de lado o papel importante que desempenham (ou que deveriam desempenhar) as entidades da classe industrial em atividade no Ceará.

Sem nenhuma pretensão de subestimar o papel dos dois elementos citados anteriormente, ou seja, o governo como agente propulsor do desenvolvimento sócio-político e econômico e os empresários que exercem um poder de pressão muito grande sobre o meio em que atuam, desejamos nos próximos itens inserir na discussão do tema, as associações da classe industrial como um terceiro elemento que julgamos ser, igualmente, importante em qualquer programa de industrialização.

Nesse contexto, estudaremos a trajetória das associações civis e sindicais de nível superior, enfatizando o momento histórico em que foram criadas, a postura de seus líderes e os debates promovidos no interior das mesmas, com vistas à consolidação da indústria no cenário econômico do Ceará.

A. CENTRO INDUSTRIAL DO CEARÁ – CIC

Como vimos no capítulo anterior, o movimento em prol da organização da classe industrial brasileira, em função da pressão exercida pelo operariado no início do século, teve maior empressão em São Paulo e no Rio de Janeiro, tendo porém, repercutido em outros Estados da Federação, inclusive no Ceará.

Embora a indústria cearense ainda estivesse iniciando seus primeiros passos, sendo confundida quase sempre com a atividade artesanal, data desta época a fundação do Centro Industrial Cearense.

A idéia de seguir o exemplo do Centro-Sul, já então apontado como o pólo desenvolvido do País, surgiu de Álvaro da Cunha Mendes, um homem ligado à indústria por manter um estabelecimento de moagem de cereais, a vapor, e uma tipo-

grafia na rua Sena Madureira, em Fortaleza, mas que desde 1915, se tornara mais conhecido na sociedade local como editor do jornal "Correio do Ceará".

Assim, com o intuito de fundar uma entidade que reunisse os proprietários de estabelecimentos fabris do Ceará, este jornalista-industrial promoveu, no dia 27 de julho de 1919, um encontro na redação do "Correio do Ceará".

Deste encontro resultou a instalação do Centro Industrial Cearense, com a finalidade de tratar de assuntos do interesse comum dos industriais e de estudar as perspectivas para a criação de novos empreendimentos, visando o desenvolvimento da atividade industrial no Estado.

Constou, também, da ata da reunião inaugural do Centro Industrial Cearense, a eleição e a posse imediata de sua primeira diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente — Thomaz Pompeu de Souza Brasil;
Secretário — Pedro Philomeno Ferreira Gomes; e
Tesoureiro — Teófilo Gurgel Valente.

Achamos conveniente salientar, que nenhum dos três integrantes da diretoria da agremiação recém-inaugurada, possuía cargos administrativos na direção da Associação Comercial do Ceará, existente em Fortaleza desde o século passado, onde, até então, reuniam-se os industriais para discutir seus assuntos.

Segundo as crônicas da época, o termo "industrial" tinha conotações depreciativas, estando associado, com raríssimas exceções, àquelas pessoas sem grande expressão na sociedade local e que para sobreviver produziam peças e artigos artesanais. Daí, os homens do comércio, apesar da grande maioria investir na atividade industrial, preferirem ser tratados como "comerciantes ou proprietários", ao invés de se considerarem "industriais". (1)

Assim, o detalhe da primeira diretoria do Centro Industrial Cearense ter sido composta por homens plenamente identificados com a indústria e sem qualquer ligação com as associações do comércio, teve para nós um significado muito importante, pois além de propiciar uma maior autenticidade ao Centro, revelou a vontade do grupo em firmar-se na sociedade, contribuindo para a quebra do preconceito existente.

O Centro Industrial Cearense funcionou, nesta primeira fase, até o final da década de 1920, quando foi criada a Federação das Associações do Comér-

cio e Indústria do Ceará — FACIC, entidade que agregou ao mesmo tempo os representantes do comércio e da indústria locais, concorrendo dessa maneira, para o completo esvaziamento do Centro.

O Centro Industrial Cearense permaneceu desativado cerca de 30 anos, até que, no dia 4 de setembro de 1959, seu último presidente, Luiz Gonzaga Flávio, convocou uma reunião com o objetivo de reorganizar e reinstalar a entidade.

Na ocasião, foram aprovados seus novos estatutos sociais, passando a entidade a denominar-se Centro Industrial do Ceará, e foram escolhidos para ocupar seus cargos de direção, os seguintes industriais:

Presidente — Waldyr Diogo de Siqueira;
Vice-Presidentes — Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto;
Hermano Chaves Franck e
Jaime Machado da Ponte;
Primeiro Secretário — Ubirajara Ribeiro Mindelo;
Segundo Secretário — João Alam;
Primeiro Tesoureiro — Mário Câmara Vieira;
Segundo Tesoureiro — Juracy Bezerra de Menezes.

A nova fase do Centro Industrial, porém, caracterizou-se pela total dependência da entidade em relação à Federação das Indústrias do Estado do Ceará — FIEC, que fora organizada a partir de 1950.

A própria eleição de Waldyr Diogo de Siqueira para a presidência do Centro, comprovou esta dependência, tendo em vista que o mesmo presidia a Federação das Indústrias desde sua fundação, permanecendo no cargo até 1962, quando assumiu Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto, que coincidentemente, também, acumulou a presidência do Centro.

A estratégia de eleger um presidente comum para a entidade sindical da classe, a Federação e a entidade paralela de caráter civil, o Centro Industrial, perdurou até 1978, quando um grupo de jovens empresários, com uma linha de pensamento divergente da adotada pelos dirigentes da Federação, assumiu a estrutura do Centro Industrial do Ceará, criando novas perspectivas de vida própria para a entidade.

É verdade que a nova geração de empresários cearenses reunia algumas prerrogativas importantes para chegar ao poder do Centro Industrial do Ceará, como a condição da maioria de seus integrantes descender dos industriais então no poder, e por ter assumido já há algum tempo, o comando das empresas de seus pais com pleno

sucesso gerencial. É igualmente certo, porém, que sem o apoio do próprio grupo no poder, esses privilégios de nada adiantariam.

Daí, acreditamos que a ascensão desses jovens empresários aos cargos de direção do Centro Industrial do Ceará, deveu-se à composição desses dois fatores, ou seja, de um lado o poder de reivindicação do grupo postulante, e de outro a ajuda dos empresários da primeira geração, representados pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, José Flávio Costa Lima, eleito em 1977, que abdicou da condição de candidato natural à presidência do Centro Industrial do Ceará, em 1978, abrindo espaço para o novo grupo emergente.

No dia 8 de março de 1978, tomaram posse na direção do Centro Industrial do Ceará, os seguintes industriais:

Presidente — Benedito Clayton Veras Alcântara;
Vice-Presidentes — Álvaro de Castro Correia Neto,
Airton José Vidal Queiroz,
Francisco de Assis Machado Neto,
Pedro Philomeno Ferreira Gomes Neto e
Byron Costa de Queiroz;
Primeiro Secretário — Francisco Hernane de Holanda Farias;
Segundo Secretário — José Airton Moreira Angelim;
Primeiro Tesoureiro — Álber Garcia Quinderé;
Segundo Tesoureiro — Ignácio Colares Capelo;
Diretores — José Maria Moraes Machado,
José Wellington Costa Rolim,
Roberto Ney Melo Machado,
José Sérgio de Oliveira Machado,
Wilson Maia de Aragão,
Edson Queiroz Filho,
João Fernandes Fontenele,
Francisco José Ribeiro,
Tasso Ribeiro Jereissati e
Amarílio Proença de Macêdo;
Conselho Fiscal — João Oswaldo Studart
Ednilton Soarez Brasil e
Jaime Nogueira Pinheiro Filho;
Suplentes — Eurico de Souza Monteiro,
Jorge Lima de Albuquerque e
Alexandre Costa Lima Neto.

O trabalho que os representantes da segunda geração de empresários cearenses vêm realizando junto ao Centro Industrial do Ceará, caracteriza-se por seu aspecto inovador e pela abrangência de suas propostas, cujo objetivo fundamental é estabelecer novos parâmetros no relacionamento entre a classe industrial e o Estado, cobrando dessa forma, uma nova postura das elites políticas e econômicas do Ceará e do Nordeste, em detrimento do comportamento até então vigente, onde basicamente predominavam a passividade do empresariado e o paternalismo do Estado.

B. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC

Embora a indústria cearense já reunisse, desde 1942, as condições exigidas pela legislação vigente para formação de sua Federação estadual, somente em 1949 é que foram tomadas as primeiras providências nesse sentido.

Liderados pelos engenheiros e industriais têxteis Waldyr Diogo de Siqueira e Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto, os industriais cearenses encaminharam a proposta de organização da Federação das Indústrias do Estado do Ceará ao bacharel Raul Domingues, delegado regional do trabalho no Ceará, que de imediato autorizou o escriturário Raimundo Cleto Soares Bulcão para dar continuidade à tramitação do processo.

No dia 21 de março de 1950, reuniram-se as representações dos cinco sindicatos patronais da indústria, no local onde vinham funcionando conjuntamente, no terceiro andar do edifício Jangada, à rua Major Facundo, 253, para formalizar a organização da Federação das Indústrias do Estado do Ceará e eleger os primeiros dirigentes da entidade.

Foram os seguintes, os participantes da reunião de fundação da Federação das Indústrias do Estado do Ceará:

Coordenadores — Waldyr Diogo de Siqueira, delegado do Sindicato da da Construção Civil e Lauro Maciel Severiano, consultor jurídico do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral.

Membros — Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto, presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Ceará, cuja carta de reconhecimento foi expedida em 28 de novembro de 1941;

Manoel Bezerra Lima, presidente do Sindicato de Alfaiataria e Confecções de Roupas para Homens de Fortaleza, reconhecido em 11 de dezembro de 1941;

Manoel Nobre de Souza, presidente do Sindicato da Construção Civil de Fortaleza, reconhecido em 21 de outubro de 1942;
Francisco Philomeno Ferreira Gomes, presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Fortaleza, reconhecido em 14 de julho de 1944; e
Pergentino Maia, presidente do Sindicato da Indústria de Tipografia de Fortaleza, reconhecido em 28 de setembro de 1945.

Logo após o encerramento da reunião inaugural, instalou-se a primeira sessão da diretoria, cuja ata traz as seguintes informações:

"Compareceram à sessão os Srs. Waldyr Diogo de Siqueira, Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto, Francisco Philomeno Ferreira Gomes, José Teófilo Gurgel e Pergentino Maia. Desses industriais, apenas o Sr. Pergentino Maia não desenvolvia atividades na indústria têxtil, o que de certa forma demonstra que o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Ceará, representou a base da Federação.

Ao assumir a direção dos trabalhos, por ser o mais idoso dos presentes, o Sr. Pergentino Maia afirmou que a finalidade da reunião era, na forma dos estatutos e instruções que regulam o assunto, a eleição do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Para tanto, verificou-se, de acordo com os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, a formação do conselho de representantes, pelas delegações dos sindicatos filiados, constituídas de dois membros, cada uma.

Assim, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará deveria apresentar dez delegados, o que não ocorreu, tendo o pleito se realizado com a representação de apenas três sindicatos, o da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, o da Construção Civil e o da Indústria de Tipografia, pois a legislação facultava o reconhecimento de entidades sindicais superiores mediante a reunião de, no mínimo, um terço dos que poderiam integrá-las.

Formado o conselho de representantes, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido eleitos na oportunidade os seguintes membros da diretoria:

Presidente — Waldyr Diogo de Siqueira;
Vice-Presidente — Pergentino Maia;
Primeiro Secretário — Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto;
Segundo Secretário — Francisco Philomeno Ferreira Gomes e
Tesoureiro — José Teófilo Gurgel". (2)

Para o professor Geraldo Nobre, o não comparecimento dos delegados de dois sindicatos, o de Alfaiataria e Confecções de Roupas para Homens e o da Indústria de Calçados, na sessão de eleição da primeira diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, deveu-se a motivos estranhos aos objetivos da reunião, tendo em vista que nem os jornais da época e nem a ata da referida sessão registraram, na ocasião, nenhum fato que comprovasse qualquer desentendimento dos industriais que adquiriram o direito de votar.

A primeira medida da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, consistiu em providenciar a obtenção imediata da carta de reconhecimento e a integração da nova entidade na Confederação Nacional da Indústria, então presidida pelo industrial Euvaldo Lodi.

Com esse intuito, o presidente Waldir Diogo de Siqueira embarcou para o Rio de Janeiro, onde entrou em contato com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cujo titular era o deputado Honório Monteiro, de São Paulo.

No dia 12 de maio de 1950, foi expedida a carta de reconhecimento da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, tendo seu presidente divulgado a notícia para seus companheiros de diretoria, uma semana após, em reunião realizada no dia 19 de maio.

Com relação à Confederação Nacional da Indústria, a receptividade foi imediata, tendo em vista que a entidade nacional sempre incentivou a formação das federações estaduais.

Em seguida, foram eleitos para representar a Federação das Indústrias do Estado do Ceará na Confederação Nacional, os industriais Waldyr Diogo de Siqueira, Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto, Pedro Philomeno Ferreira Gomes e Antônio Raimundo da Cruz.

A Federação das Indústrias do Estado do Ceará, desde sua fundação, manteve-se como uma entidade conservadora, na medida em que seu campo de ação limitou-se à abordagem de questões circunstanciais.

Dessa forma, seus dirigentes jamais se interessaram em estender os limites de sua atuação a um espaço mais amplo, que envolvesse alterações ou questionamentos de ordem qualitativa no plano das estruturas política e econômica, como por exemplo, tentar influir sobre a própria forma de atuação das entidades sindicais no Brasil, em busca do estabelecimento de novos parâmetros que possibilitassem para as mesmas uma maior autonomia, tornando-as menos atreladas ao controle do Estado.

Como se sabe, tanto a estruturação quanto a liberdade de ação das entidades sindicais brasileiras, esbarram em limites claramente definidos e impostos pelo Estado. Daí, podemos afirmar que a Federação das Indústrias do Estado do Ceará, assim como todas as outras entidades do gênero no País, desempenha um mero "papel assistencialista", em relação à classe que congrega, ao mesmo tempo que lhe é atribuída por parte do Estado, uma "atitude de colaboração", em relação aos objetivos definidos pelo próprio poder governamental.

A permanência e a aceitação desse papel por parte da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, que reafirma sua condição de entidade subordinada ao Estado, conduzem a uma certa passividade dos dirigentes quanto a possíveis mudanças substanciais na estrutura de relação vigente, havendo portanto pouquíssimas chances de que ocorra alguma transformação na atual relação Sindicato e Estado.

Acreditamos que em decorrência desse conservadorismo administrativo e dessa passividade gerencial, tenha surgido no interior da Federação das Indústrias um culto exagerado ao personalismo, que impediu de certa forma o dinamismo do processo de renovação de seus quadros dirigentes.

Na verdade, podemos confirmar essa falta de alternância de poder ao observar que, em seus 35 anos de existência, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará elegeu apenas quatro presidentes, como demonstra o quadro abaixo:

PRESIDENTE	TEMPO	PERÍODO
Waldyr Diogo de Siqueira	12 anos	1950/1962
Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto	8 anos	1962/1970*
Francisco José Andrade Silveira	6 anos	1971/1977
José Flávio Costa Lima	9 anos	1977/1986**

FONTE: FIEC — Cadastro das Entidades Patronais Industriais, Ed. 1982.

*Thomaz Pompeu deixou a presidência da FIEC para presidir a Confederação Nacional da Indústria. Em seu lugar assumiu o primeiro vice-presidente José Raimundo Gondim.

**Ao reformar os estatutos da FIEC, determinando que o presidente só poderá concorrer, no máximo, a dois mandatos conse-

cutivos, José Flávio tornou-se inelegível para o pleito de 1986, por já estar cumprindo seu terceiro mandato consecutivo.

Outro aspecto importante da análise da estrutura de poder da Federação das Indústrias do Estado do Ceará está ligado à forma pela qual seus representantes encaram o processo eleitoral da entidade.

Uma das características básicas do processo sucessório da Federação é a total falta de disputa no pleito, pois geralmente o presidente da entidade indica a chapa para sucedê-lo, tornando quase impossível o surgimento de uma outra para fazer-lhe oposição, tendo em vista o controle que exerce sobre os demais votantes.

Essa total união dos representantes com direito a voto, em torno de uma única chapa, é interpretada como um sinal de "coesão e harmonia" reinantes no seio das classes patronais que congrega.

Por outro lado, dentro do que está previsto em seus estatutos e na legislação vigente, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará vem desenvolvendo um importante trabalho, através dos órgãos que administra.

O Serviço Social da Indústria — SESI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI, desenvolvem para os industriários da capital e do interior do Estado e seus familiares, programas de treinamento profissional, educação artística, além de promover a prática de esportes em seus bem aparelhados centros esportivos.

Instalado no Ceará desde o início dos anos de 1970, o Instituto Euvaldo Lodi — IEL tem a finalidade de cooperar para a obtenção de um equilíbrio na fomação e ocupação da mão-de-obra de nível superior e de alto índice de especialização para a indústria, oferecendo subsídio à universidade e incentivando o desenvolvimento dos processos produtivos do setor industrial. Outro órgão importante mantido pela Federação das Indústrias é o Centro de Assistência à Média e Pequena Indústria — CAMPI.

Por último, achamos relevante destacar o avanço ocorrido na sindicalização da classe industrial local, em decorrência das campanhas promovidas pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará, resultando numa ampliação significativa de sua base sindical, que conta, atualmente, com 21 sindicatos filiados, conforme a relação que se segue:

1. Sindicato das Indústrias do Açúcar e de Doces e Conservas Alimentícias no Estado do Ceará;

2. Sindicato das Indústrias de Águas Minerais, Cerveja e Bebidas em Geral no Estado do Ceará;

3. Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e de Confecção de Roupas de Homem de Fortaleza;

4. Sindicato da Indústria de Calçados de Fortaleza;

5. Sindicato das Indústrias de Cal e Gesso, Olaria, Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e Cerâmica para Construção no Estado do Ceará;

6. Sindicato da Indústria da Construção Civil de Fortaleza;

7. Sindicato da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Ceará;

8. Sindicato da Indústria da Extração de Óleos Vegetais e Animais no Estado do Ceará;

9. Sindicato da Indústria de Extração do Sal no Estado do Ceará;

10. Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado do Ceará;

11. Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca no Estado do Ceará;

12. Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado do Ceará;

13. Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Ceará;

14. Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria no Estado do Ceará;

15. Sindicato da Indústria de Rações Balanceadas de Fortaleza;

16. Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias e Tanoarias de Fortaleza;

17. Sindicato da Indústria de Torrefação e Moagem de Café no Estado do Ceará;

18. Sindicato da Indústria do Trigo dos Estados do Pará, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte;

19. Sindicato das Indústrias da Extração de Minerais Não Metálicos e de Diamantes e Pedras Preciosas no Estado do Ceará;

20. Sindicato Nacional da Indústria de Cimento; e

21. Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação.

C. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA DO CEARÁ – FACIC E UNIÃO DAS CLASSES PRODUTORAS DO CEARÁ.

Embora tenham surgido em épocas distintas, a Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará (FACIC) e a União das Classes Produtoras do Ceará foram criadas com o objetivo comum de concentrar num mesmo fórum de debates as questões referentes aos setores primário, secundário e terciário, visando, desta forma, o crescimento global da economia cearense.

A experiência de formação de entidades que agregassem associações com características e objetivos diferentes, não foi das mais felizes para o Ceará, tendo em vista que tanto a FACIC, quanto a União das Classes Produtoras, não atingiram tal propósito.

De certa forma, podemos admitir que o fracasso de ambas as entidades deveu-se, principalmente, à predominância em suas diretorias de elementos ligados exclusivamente à atividade comercial, cuja influência e prestígio na sociedade local garantiam-lhes o total controle dessas entidades, inibindo dessa forma a participação dos industriais no debate de questões mais abrangentes, assim como, o encaminhamento de suas reivindicações mais específicas.

Não obstante essas considerações de ordem genérica, não podemos esquecer da importância que a FACIC e a União das Classes Produtoras tiveram no cenário sócio-classista do Estado, cada uma à sua época.

A primeira delas, fundada em 7 de agosto de 1929, por iniciativa de Antônio Fiúza Pequeno, seu primeiro presidente, atingiu o auge de seu prestígio junto aos poderes públicos e à comunidade em geral, durante a década de 1930.

Data deste período sua atuação na campanha pela reconstrução da ponte metálica de Fortaleza, o principal ponto por onde se embarcava os produtos de exportação do Estado. Posteriormente, como conseqüência dessa primeira investida, desempenhou um papel decisivo na luta pela implantação do Porto do Mucuripe, em Fortaleza.

A segunda, a União das Classes Produtoras, foi criada em 2 de dezembro de 1952. Participaram de sua comissão organizadora, Antônio Batista Fontenele, Carlos da Frota Cysne, Edson Carvalho, Eliseu de Sousa Pereira, F. Brito Bastos, Francisco Melo Arruda, Irajá Vasconcelos, João Batista Caminha Muniz, João Luiz Ramalho de Oliveira, João Sá, José Afonso Sancho, José Aragão de Albuquerque, José Nóbrega, José Pimenta Lima, Luiz Ramos, Patriolino Ribeiro e Vicente Linhares, tendo à frente Sebastião Almir Rodrigues, seu primeiro presidente.

Dentre os fatos que marcaram a atuação da União das Classes Produtoras em prol do desenvolvimento do Ceará, podemos destacar a campanha pela ampliação da rede bancária de Fortaleza, que contava apenas com pequenos bancos locais. Como conseqüência desse trabalho, apontamos a instalação do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., o primeiro banco de proporção nacional a operar na praça de Fortaleza. É também de sua reponsabilidade o programa de reorganização do comércio lojista do centro da cidade, que até o início de década de 1960 era dominado pelo "comércio de calçada" dos ambulantes.

No início da década de 1970, por iniciativa de José Afonso Sancho, presidente de honra de ambas as entidades, promoveu-se a fusão da FACIC com a União das Classes Produtoras, que, embora tenham mantido seus respectivos estatutos, passaram a atuar como se de fato fossem uma única entidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) NOBRE, Geraldo da Silva. FIEC: 25 anos em defesa da Indústria, Revista da Indústria Cearense, março de 1975.

(2) NOBRE, Geraldo da Silva. FIEC: 25 anos em defesa da Indústria, Revista da Indústria Cearense, março de 1975.

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma de apresentação que adotamos ao longo deste trabalho, desenvolveu-se sob uma abordagem histórica dos processos de industrialização e de formação das entidades representativas dos industriais cearenses.

Baseados nesse quadro histórico, retomaremos a análise das divergências comportamentais existentes entre os dois principais grupos que compõem a burguesia industrial do Ceará: os empreendedores pioneiros, de um lado, e seus herdeiros, de outro.

Nossa preocupação central abrange o estudo das diferentes formas como são encaminhadas, por cada um dos grupos, as questões inerentes ao processo de desenvolvimento industrial no Estado e na Região. Outro ponto importante a ser levantado, refere-se ao estudo das conseqüências advindas da divisão da classe empresarial, fato ocorrido a partir de 1978 em virtude da ascensão do segundo grupo ao comando do Centro Industrial do Ceará.

Em outros termos, relatado o processo histórico de implantação da indústria no Ceará, buscaremos investigar em que medida a atuação dos jovens empresários significou, no interior da burguesia industrial, o surgimento de uma nova forma de pensar e de conduzir as questões pertinentes à classe. Por outro lado, pretendemos verificar se esse movimento iniciado pela segunda geração não se restringiu a uma mera disputa interna, a uma contenda pelo controle das entidades representativas da classe que, de forma acertada ou não, dirigem seus interesses.

As divergências de natureza "ideológica", que marcam os principais grupos componentes da classe industrial, podem ser melhor apreendidas através das particularidades de cada grupo, a serem aqui expostas. A nosso ver, a descrição dessas particularidades pode conduzir ao encontro das justificativas para os diferentes estilos de atuação política. Além disso, através dos discursos característicos a cada grupo poderemos compreender o real significado da cisão ocorrida entre os grupos ou, entre a geração pioneira e a sua sucessora.

Contudo, devemos ressaltar que a divisão da burguesia industrial nesses dois grupos não é totalmente rígida, nem se esgota nos fatores que ora consideramos, se lembrarmos a heterogeneidade existente no interior de cada grupo. Por esse

motivo, explica-se que elementos inseridos num grupo apresentem características do outro, ocorrendo também o inverso.

Seguindo os parâmetros que estabelecemos à nossa exposição, apresentaremos inicialmente as particularidades da geração pioneira, a seguir, as da geração de seus herdeiros e finalmente, a avaliação que fazemos da sua trajetória, no sentido de ter ou não representado uma renovação no pensamento e prática do industrial cearense.

Os tradicionais "Homens de Empresa" do Ceará caracterizam-se como indivíduos que mantêm uma forte ligação com os valores do passado. Como vimos, esses valores estão impregnados pelo patriarcalismo dos chefes fazendeiros, conservadores em essência, que administravam suas propriedades como senhores absolutos, cuja vontade se colocava acima de qualquer norma legal ou entidade institucionalizada pelo Estado. Tais valores determinam no industrial "pioneiro" uma atitude conservadora, tendente a restringir seu universo aos limites físicos de suas propriedades.

Em sua maioria, os industriais pioneiros possuem um nível pouco elevado de instrução formal e uma atividade cultural muito restrita. A sua rotina é constituída pelo trabalho diário no interior de suas fábricas, onde controlam pessoalmente todo o processo produtivo. Absorvidos pelo funcionamento de suas unidades fabris, os componentes do primeiro grupo quase não se envolvem na reflexão de questões maiores, relacionadas ao crescimento industrial como processo mais global. Dessa forma, as suas preocupações dirigem-se apenas à solução dos problemas específicos e imediatos de suas empresas, o que permite concluir que os integrantes desse grupo pioneiro apresentam uma visão de curtíssimo prazo na condução de seus negócios, além de serem desvinculados de uma realidade mais ampla.

Quanto ao grupo dos "novos empresários", podemos dizer que é composto basicamente por herdeiros dos empreendedores tradicionais e que de certa forma definem o tempo dos coronéis como um ciclo pertencente ao passado de nossa história.

Em nossa opinião, esse desvínculo dos jovens empresários com a prática do "coronelismo", tão marcante nas gerações antecessoras, decorre da base econômica em que se assentam cada um dos grupos.

Os pioneiros, conforme depoimentos prestados ergueram suas empresas do nada, "às custas de seu próprio suor", enquanto que a geração seguinte, já nasceu em "berço de ouro", tendo possibilidade de acesso a uma formação profissional, que a capacitasse ao papel de sucessora na direção das empresas de seus pais.

Assim, ao invés de iniciarem precocemente suas atividades nas fábricas da família, esses jovens freqüentaram cursos superiores nas melhores universidades do País e do exterior, onde adquiriram uma visão empresarial mais ampla e menos comprometida com o conservadorismo que caracteriza a sociedade local.

Acreditamos que, em função dessa "universalização de conhecimentos", os jovens empresários introduziram inovações, implantando um estilo gerencial diferenciado. Seus procedimentos basearam-se no planejamento e na delegação de responsabilidades. Através do primeiro instrumento, os novos empresários ampliaram o alcance de seus objetivos, abarcando variáveis novas num espaço de tempo jamais considerado pelos empresários da geração anterior. Além dessa prática, a delegação de responsabilidades passou a se fazer a favor de gerentes devidamente qualificados, selecionados no mercado de trabalho. Isso, de certa forma, contribuiu para desatrelar a gerência empresarial dos laços familiares, contribuindo para reduzir o imobilismo característico da maioria das estruturas familiares até então vigentes.

Desses dados que apresentamos, podemos inferir o surgimento de dois grupos distintos de empresas, no Ceará.

O primeiro deles, composto por empresas dominadas pelos velhos proprietários, caracteriza-se por empresas de pequeno porte, administradas de "dentro para fora", o que significa que seus gerentes estão quase que exclusivamente voltados para o controle do processo interno de produção, e suas ligações com o ambiente externo — mercado e poder público — fazem-se através de uma relação não sistemática, tornando-se claro o oportunismo desses "chefes de empresa".

O segundo grupo, formado por empresas controladas por gerentes profissionais da segunda geração, caracteriza-se por uma administração mais moderna, que também se dirige para o interior de sua linha de montagem, através de um programa de aprimoramento tecnológico e de desenvolvimento de pessoal. Além disso, esses jovens empresários procuram alinhar-se às forças exteriores, nas discussões ligadas à política de desenvolvimento econômico, a nível regional, e ainda, na luta pela conquista de novos mercados para seus produtos. Vale dizer que, neste caso, o "oportunismo" foi substituído pela técnica do "planejamento das oportunidades".

Um ponto importante para a compreensão do conflito é a forma de atuação política de cada um dos grupos.

Pelos depoimentos que pudemos obter, concluímos que, para os pioneiros, a participação política representa algo compensador para si e para suas empresas, pois é comum encontrarmos neste grupo elementos que detiveram ou ainda detêm cargos públicos eletivos.

Dentro dessa forma de participação política, cujo objetivo maior é o exercício do mandato e a conseqüente intimidade com o poder político, com vistas à defesa de interesses particulares, é importante destacar que a estratégia adotada pelos industriais de primeira geração, consiste basicamente na utilização do poder econômico como garantia do sucesso eleitoral.

Dessa maneira, embora ligados à indústria, atividade comumente associada ao meio urbano, esses empresários procuram, às épocas de eleição, o voto dos currais da zona rural, mais venal que o voto urbano, para conquistar seus lugares nos legislativos estadual e federal.

De certa forma, essa prática de conquista de currais eleitorais, tradicional na política brasileira e mais intensa no Nordeste, transferiu-se quase que espontaneamente para o processo de eleição dos quadros dirigentes das entidades de classe. Assim, José Flávio Costa Lima, presidente da Federação das Indústrias, ex-deputado federal e ex-secretário da Indústria e Comércio do Ceará, foi bem claro ao afirmar: "Os meninos ocuparam o Centro Industrial porque assim determinei, pois os votos estavam em minhas mãos; se soubesse que iriam dar tanto trabalho, seria eu o presidente do Centro".

É claro que afirmações como esta definem a insatisfação de um grupo em relação ao outro. Mas o grupo de herdeiros, que tipo de participação política defende?

Para analisar a forma de participação dos jovens, temos que levar em consideração o meio político em que cresceram, além do período em que adquiriram consciência política.

Os jovens empresários de hoje encontravam-se nas escolas e nas universidades no período imediatamente posterior à Revolução de 1964. Durante o período da repressão, viveram num meio estudantil onde se propagavam as idéias contra-revolucionárias, mas ao mesmo tempo, em suas casas, ouviam diariamente de seus pais, o discurso de apoio ao movimento militar.

Como resultado da influência dessas tendências ideológicas opostas, alguns tornaram-se líderes estudantis sem, no entanto, ter deixado de acatar os comandos da autoridade paterna, tão típica da estrutura familiar nordestina. Essa ambigüidade do estudante explica, alguns anos depois, a postura liberal adotada pelo jovem burguês cearense.

Assim, ao assumir o Centro Industrial em 1978, sobretudo em função

de uma aliança com o grupo conservador, visando disputar as eleições da Federação das Indústrias, o grupo dos herdeiros abriu as portas da entidade para uma série de debates com a participação livre dos mais variados segmentos da sociedade.

Em conseqüência dessa forma de atuação, ocorreu no interior da burguesia industrial o rompimento da aliança.

Já no âmbito da sociedade local, os jovens empresários surgiram como a nova força democrática, sendo seu discurso interpretado pela população, após quase vinte anos de ditadura, como expressão de seu pensamento e coerente com os tempos de abertura política que começávamos a viver.

Entretanto, passado esse primeiro momento em que conseguiram inflar os ânimos da sociedade e causar um certo pânico no grupo pioneiro, os jovens, talvez por falta de uma ideologia claramente definida, ou até por terem se conscientizado de que não haviam efetivamente conquistado o comando da classe que congregam, tropeçaram no segundo passo, deixando o discurso muito à frente da ação.

Em outras palavras, notamos que a desenvoltura dos jovens para galgar as posições gerenciais nas fábricas que herdaram, não é a mesma quando tratam da questão política, cujo poder continua concentrado nas mãos dos pioneiros.

Assim, no nosso modo de entender, os jovens empresários vão continuar a marcar o passo nos debates que envolvem a Federação e o Centro Industrial, numa típica briga de família. Briga de pai e filho, com a certeza de uma acomodação. Afinal, todos são burgueses perseguindo os mesmos objetivos de lucro e de defesa da propriedade.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Rômulo de. **Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste.** Fortaleza, BNB – Jornal do Brasil, 1982.

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, Capital e Industrialização do Nordeste.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 101 p.

- ASPECTOS da Urbanização do Nordeste. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1977, 84 p.

- CADASTRO das Entidades Patronais Industriais. Fortaleza, Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 1982. 187 p.

- CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil.** São Paulo, Difusão Européia, 1964, 197 p.

- CARVALHO, José Otomar de. **A Sociedade Cearense: Mudanças Necessárias e Transformações Possíveis.** Fortaleza, 1983. 31 p.

- CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. **Avaliação da Política Industrial do Ceará: Uma Contribuição ao Debate.** Fortaleza, Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 1983. 58 p.

- CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. **Seca: Momento para Repensar a Pobreza do Nordeste.** Fortaleza, Federação das Indústrias do Estado do Ceará. 1984. 63 p.

- COSTA, Lustosa da. **Ideologia do Favor, Curral e Cabresto.** Fortaleza, Stylus, 1977. 130 p.

- COSTA, Lustosa da. & SAMPAIO, Dorian. **Anuário do Ceará.** Fortaleza, Stylus, 1973. 898 p.

- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo.** 3. ed. São Paulo, DIFEL. 269 p.

- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 311 p.

- DUQUE, José Guimarães. **Perspectivas Nordestinas.** Fortaleza, BNB-ETENE, 1982. 337 p.

— FERNANDES, Yaco. Notícia do Povo Cearense. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1977. 292 p.

— FURTADO, Celso. O Nordeste: Reflexões Sobre uma Política Alternativa de Desenvolvimento. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1984. 20 p.

— GIRÃO, Raimundo. História Econômica do Ceará. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1947.

— GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. 3. ed. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1977, 335 p.

— HOLANDA, Antônio Nílson Craveiro. A Política de Desenvolvimento do Nordeste. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1979. 296 p.

— LEME, Marisa Saenz. A Ideologia dos Industriais Brasileiros. Vozes, Petrópolis, 1978.

— LESSA, Carlos. 15 Anos de Política Econômica. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. 173 p.

— LUSTOSA, Paulo. Itinerários da Nordestinidade. 2. ed. Fortaleza, Stylus, 1983. 265 p.

— LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil. 2. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975. 224 p.

— MACEDO, Nertan. O Clã de Santa Quitéria. 2. ed. Rio de Janeiro, Renes, 1980. 113 p.

— MARANHÃO, Sílvio (et alii). A Questão Nordeste: Estudos sobre Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. 137 p.

— MARTINS, José de Souza. Conde Matarazzo: O Empresário e a Empresa. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1976. 121 p.

— MONTENEGRO, F. Abelardo. Os Partidos Políticos do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1980. 258 p.

— MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 170 p.

— NOBRE, Geraldo da Silva. **FIEC: 20 Anos em Defesa da Indústria.** Revista da Indústria Cearense, março de 1975.

— NOBRE, Geraldo da Silva. **Indústria Cearense em 1860.** Revista da Indústria Cearense, março de 1975.

— NOBRE. Geraldo da Silva. **As Oficinas de Carnes do Ceará: Uma Solução Local para uma Pecuária em Crise.** Fortaleza, Gráfica Cearense, 1977. 220 p.

— NOBRE, Geraldo da Silva. **Os Pioneiros da Indústria Cearense.** Revista da Indústria Cearense, dezembro de 1967.

— NOBRE, Geraldo da Silva. **Primeiro Surto Industrial Cearense.** Revista da Indústria Cearense, setembro de 1974.

— O NORDESTE no Brasil: Avaliação e Perspectivas. Fortaleza, Centro Industrial do Ceará et alii, 1982. 239 p.

— O NORDESTE em Dados. SUDENE, 1984.

— OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classe.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 132 p.

— PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Empresários e Administradores no Brasil.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1974, 239 p.

— RECURSOS e Necessidades do Nordeste. Recife, BNB-ETENE, 1964. 666 p.

— REISS, Gerald D. **Development of Brazilian Industrial Enterprise: A Historical Perspective.** Berkeley, 1980.

— SAMPAIO, Dorian. **Municípios do Ceará.** 2. ed. Fortaleza, Stylus, 1982. 384 p.

— SEMINÁRIO: Prioridades para a Transformação da Sociedade Cearense — Documento Final. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará & Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional, 1983. 25 p.

— SILVA, Alcir Veras da. **Algodão e Indústria Têxtil do Nordeste.** Natal, Ed. Universitária, 1980. 296 p.

— SILVA, Sérgio. **Exposição Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.** São Paulo, Alfa-Omega, 1976. 120 p.

- SOBRINHO, Alves Motta. **A Civilização do Café**. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. 179 p.

- SOUSA, J. Colombo. **O Nordeste e a Tecnocracia da Revolução**. Brasília, Horizonte, 1981. 244 p.

- TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 263 p.

- III Pólo Industrial do Nordeste: Proposta de Programação Operativa. 2. ed. Fortaleza, Secretaria de Indústria e Comércio do Ceará, 1979. 134 p.

- III Pólo Industrial do Nordeste: Relatório Geral. 2. ed. Fortaleza, Secretaria de Indústria e Comércio do Ceará, 1979. 90 p.

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER